

A política indigenista do governo federal em 2015 foi novamente marcada por uma radical omissão. Quase nada se fez  
Páginas 6 e 7

Bárbara Figueirêdo: "Os povos indígenas ainda lutam para compensar perdas históricas... Com o fracking, esta esperança ficará enterrada"  
Páginas 10 e 11

Nesta edição:  
**X Encarte Pedagógico**  
*O Bem Viver Indígena e o futuro da humanidade*

# PORANTIM



**Em defesa da causa indígena**

Ano XXXVII • Nº 381 • Brasília-DF • Dezembro 2015

## FRACKING: na nossa terra **NÃO!**

A indústria petrolífera, com o apoio governamental, está à frente de uma nova e desastrosa ameaça aos povos indígenas: o *fracking*. Esta polêmica tecnologia de exploração de gás natural pode contaminar o ecossistema ao seu redor e causar severos impactos às populações. Apesar de não estar regulamentada e do desconhecimento generalizado da sociedade brasileira, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) já leilou blocos em 15 estados. Como fazem há 515 anos, os indígenas resistem a mais essa violência. *Páginas 8 a 11*

**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis



# Desenvolvimento x Bem Viver

## Porantinadas

“Não sou contra o desenvolvimento do país, mas que seja um desenvolvimento que preserve a vida. O que significa ter tanto dinheiro e não conseguir dormir com tranquilidade, que é tão bom? Ter que ficar com a casa trancada o dia todo... Ter medo do seu filho ser sequestrado... de que adianta? A gente, aqui, toma banho e se diverte no rio. Estamos o tempo todo com a família. Livres. O governo, as empresas não entendem assim. Nós seremos afetados diretamente, mas todos serão”.

Referindo-se aos impactos da exploração de gás natural no Vale do Juruá, incrustado na floresta Amazônica, Maria Valdenice Silva de Souza, professora e liderança do povo Nukini, revela sua sabedoria.

Segura da percepção de que somente sendo filha da terra e sentindo-se parte dela é possível ser plena, há três anos Valdenice está engajada na resistência contra a destruição das águas e de todo o ecossistema da região do território sagrado que seus ancestrais habitaram desde séculos atrás, a Terra Indígena Nukini. Entre os estados do Acre e do Amazonas, seu povo e seus parentes vizinhos estão ameaçados por uma nova e preocupante investida do capital: o *fracking*, ou fraturamento hidráulico, em português.

Desconhecido por uma sólida maioria da população brasileira, o *fracking* é uma tecnologia que permite explorar reservatórios de gás não convencional que antes eram inatingíveis, já que o combustível está armazenado dentro de rochas de xisto em solos subterrâneos bastante profundos, que precisam ser “fraturadas” a altíssima pressão (leia mais nas páginas 8 a 11 desta edição).

Com inúmeras evidências e ocorrências que explicitam o potencial desastroso desta atividade - que incluem a contaminação de lençóis freáticos, de águas superficiais e do ar; esterilização dos solos; vínculo com o aumento de abalos sísmicos e terremotos de escala considerável; crescentes episódios de doenças graves, como o câncer; e, conseqüentemente, a piora da qualidade de vida dos atingidos direta ou indiretamente -, a insistente determinação de investir no *fracking* é justificada apenas por questões econômicas. Ou seja, pelo lucro, pela possibilidade de acúmulo, pretensiosamente infinita, de dinheiro. É claro, que a ser desfrutado por uma estreitíssima minoria, os tais dos “1%”.

Também afirma-se que a opção pelo *fracking* está relacionada à necessidade de aumentar a produção de energia, já que o consumo cresce continuamente. Não importa que a pegada de carbono do *fracking* seja até 20% maior do que a do carvão, o mais sujo dos combustíveis fósseis.

Ambicionando atingir a autossuficiência energética em 2035, os Estados Unidos, maior consumidor mundial de energia, deu a largada e, isentando a indústria petroleira do *fracking* de cumprir a sua própria legislação ambiental, tornou-se o país com mais poços perfurados com este tipo de tecnologia no mundo.

No México e na Argentina, povos indígenas e *campesinos* têm testemunhado a destruição de suas terras ancestrais para seus governos atenderem aos interesses das corporações dos hidrocarbonetos. Os Mapuche, no sudoeste argentino, estão sendo expulsos e massivamente criminalizados pelas petroleiras que implantam poços de perfuração e toda a sua estrutura dentro de seus territórios, com a alegação de que o subsolo é do Estado, não dos indígenas.

Esta atitude já vem sendo adotada pela indústria também aqui no Brasil, que possui a 10ª maior reserva mundial de gás de xisto.

Sem abrir uma ampla consulta para a sociedade civil ou mesmo ter comprovação científica da segurança de uma tecnologia polêmica como o *fracking*, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) planeja para junho de 2016 a realização de mais um leilão de blocos para a exploração de gás de xisto.

Segundo a Coalisão Não Fracking Brasil, atualmente, cerca de cem poços estão sendo perfurados para a realização de estudos relativos ao *fracking* no país.

Ou seja, além dos desafios diários impostos sobre os indígenas brasileiros, como: as recorrentes violações de direitos; as violências; as ofensivas sobre os direitos conquistados arduamente; a invasão dos territórios e a apropriação criminosa dos bens naturais contidos neles; e a sinistra omissão diante da obrigação constitucional de demarcar os territórios indígenas (leia mais nas páginas 6 e 7), para elencar alguns, o *fracking* vem causar muito mais pesar e sofrimento aos povos.

Cabe lembrar aqui o que, há cerca de dois anos, em um evento literário, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro afirmou sobre este momento de “catástrofe climática” pela qual o planeta passa. “Devemos aprender com os povos indígenas como viver em um país sem destruí-lo, como viver em um mundo sem arrasá-lo e como ser feliz sem precisar de cartão de crédito... O encontro com o mundo índio nos leva para o futuro, não para o passado”, disse. Com a mesma percepção de Valdenice Nukini, ele concluiu: “Os índios estão vendo o céu cair em suas cabeças. Mas dessa vez vai ser na cabeça de nós todos”.

### Desprezo à história

Em abril de 2013, após 46 anos de desaparecimento, o Relatório Figueiredo, em suas mais de 7 mil páginas, trouxe novamente à tona uma série de crimes realizados contra os povos indígenas do Brasil. Praticados com o apoio do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ou até mesmo por funcionários deste órgão estatal, criado em 1910, os massacres ocorriam Brasil adentro, no auge da ditadura civil militar, para exterminar os resistentes ao “avanço da civilização”. Além de relatar métodos extremamente cruéis de tortura e genocídio, o Relatório revelou importantes informações sobre o esbulho das terras indígenas, feitas, inclusive, por famílias tradicionais e com o aval do Estado.

### Desdém com a verdade

Duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), realizadas em 1955 e 1962, tinham como objetivo, respectivamente, anular a doação, o arrendamento ou a venda de terras tradicionais feitas pelo governo do antigo Mato Grosso, e apurar irregularidades no SPI. No caso da Colônia Teresa Cristina, no município de Primavera do Leste (atualmente no Mato Grosso do Sul), por exemplo, o Relatório contém um mapa da área desenhado pelo Marechal Cândido Rondon, no qual consta o nome das famílias que teriam ficado com cada pedaço da terra indígena. Outro documento importante é o pedido feito pelo Mato Grosso em 1966 (portanto, antes da divisão do estado) para explorar a área para “efeito de colonização e aproveitamento energético”. O Diário da Justiça, anexado ao Relatório, chega a apontar nomes de pessoas que se apropriaram de terras tradicionais. Tá tudo ali!

### Desrespeito pela vida

Há, portanto, farta documentação oficial que revela fatos e a história de diversas terras tradicionais e explicita o esbulho, a violência e as violações de direitos a que povos indígenas foram submetidos. Mesmo assim, nada acontece. Ruralistas do Mato Grosso do Sul continuam afirmando que têm a posse de suas terras, fingindo ignorar a herança maldita dos títulos que chegaram até suas mãos. Mais grave ainda é que o Estado e a Justiça continuam totalmente omissos, tentando fingir, desse modo, que a história não existiu. Enquanto isso, a violência e a criminalização aumentam no estado e inocentes continuam morrendo, sem poderem sequer serem enterrados em suas terras ancestrais sagradas.

Política indigenista em 2015



# Uma guerra de baixa intensidade

Já se tornou um clichê a afirmação de que o Mato Grosso do Sul é o estado mais violento do Brasil com os povos indígenas. O histórico de crueldades praticadas para garantir o esbulho definitivo do povo Guarani e Kaiowá de seu território sagrado Nhanderu Maragatu permite compreender a dimensão desta violência que, em 2015, foi gravemente acentuada.

**Renato Santana**, Assessoria de Comunicação

Às vésperas do Natal de 2005, quando a luta de décadas dos indígenas da comunidade Guarani e Kaiowá de Nhanderu Maragatu pela reconquista de seu território parecia ter alcançado seu objetivo, uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor dos ruralistas da região retardou por tempo indeterminado o retorno tão aguardado à terra ancestral.

Mesmo com a definitiva assinatura do decreto de homologação pelo presidente, na época, Luiz Inácio Lula da Silva, conferindo a posse de 9.316 hectares aos Guarani e Kaiowá, no dia 15 de dezembro, por decisão liminar do então presidente do STF, Nelson Jobim, um batalhão de 200 policiais federais munidos de armamento pesado, helicópteros e dezenas de viaturas expulsou à força a comunidade formada por cerca de 1.100 pessoas.

Nove dias depois, em 24 de dezembro, já do lado de fora de um território reconhecido pelo Estado como sendo seu, o líder Guarani e Kaiowá Dorvalino Rocha foi assassinado com um tiro desferido à queima roupa na altura do peito por um miliciano da empresa Gaspem, contratada pelo ruralista Pio Silva, ocupante de uma das fazendas em disputa. No município de Antônio João, acampada em uma estreita faixa de terra, entre os latifúndios e a rodovia MS 384, fronteira entre o Brasil e o Paraguai, a comunidade resistiu esperando pela decisão definitiva do STF.

Ao longo dos anos, sofreram com as agressões dos fazendeiros e as inúmeras mortes por atropelamento e fome. Viram o gado crescer, engordar e ser abatido. Acompanharam o plantio e as colheitas das safras de soja e cana, o envenenamento dos rios e a destruição de um resto de mata que ainda existia. Aguardaram pacientemente. Até que, dez anos mais tarde, resolveram novamente retornar à sua terra. Uma guerra de baixa intensidade já estava em curso.

## A morte, outra vez

Fazendeiros e políticos, entre vereadores, deputados e um senador, mal tiveram tempo de se acomodar no auditório do Sindicato Rural de Antônio João, na manhã de um sábado, dia 29 de agosto de 2015. Vestida com as roupas do marido, uma camisa xadrez e calça jeans, a presidente do sindicato, Roseli Maria Ruiz Silva, nora de Pio Silva, discursou de forma breve e encerrou dizendo: "Quem não defende o que

tem, não merece ter. Estou indo para a minha casa", afirmou referindo-se à Fazenda Fronteira, incidente à Terra Indígena Nhanderu Maragatu e retomada uma semana antes pelos Guarani e Kaiowá.

Roseli se dirigiu para a Fronteira, acompanhada por um comboio com cerca de 100 caminhonetes, agentes do Departamento de Operações Especiais de Fronteira (DOF), que também estavam na reunião do sindicato rural, e políticos, entre eles o deputado federal Luiz Henrique Mandetta (DEM/MS). Os indígenas estavam preparados e decididos a resistir com paus, pedras e

Os Guarani e Kaiowá esperaram mais de dez anos após o reconhecimento do próprio Estado de que Nhanderu Maragatu é um território tradicional para fazerem a sua retomada: resiliência e sabedoria ancestral para enfrentar a violência latifundiária

um batalhão de rezadores. Não haveria negociação. O ataque dos fazendeiros teve início com a investida das próprias caminhonetes contra os Guarani e Kaiowá. Assim avançaram sobre os índios, fazendo com que recuassem.

A imprensa foi impedida de entrar na Fronteira e os fazendeiros chegaram a confiscar o cartão de memória de uma das câmeras da equipe de jornalismo do SBT. Uma fumaça preta rapidamente escalou o ar e barulho de tiros foram ouvidos. Os fazendeiros tentaram cercar a sede da Fronteira, já tomada, e chegaram ao córrego Estrelinha, divisa para os alojamentos dos funcionários da fazenda. Um outro grupo de indígenas, composto por dezenas de crianças, estava no local. Uma delas, porém, correu pela margem do córrego assustada com a invasão à terra indígena.

Quando o pai, Semião Fernandes Vilhalva, saiu em busca do filho no curso do Estrelinha, um tiro o atingiu no rosto, saindo pela nuca. O indígena caiu morto e seu corpo foi levado pelos irmãos aos policiais do DOF, concentrados na sede da fazenda. "O tiro veio da sede da fazenda, do outro lado do córrego. Polícia tava lá, fazendeiros tavam lá e nosso povo tava espalhado, do outro lado do córrego", afirma Mariano Vilhalva, irmão de Semião.

Ruralista e médico, o deputado Waldemir Moka (PMDB-MS) estava junto aos policiais e declarou publicamente que o corpo estava em estado de rigidez cadavérica, com possibilidade de óbito há mais de oito dias. No domingo, dia 30 de agosto, a perícia da Polícia Federal constatou o contrário: a reconstituição da morte realizada pelos agentes encontrou o sangue de Semião em todo o caminho do corpo arrastado do córrego à sede da fazenda. Outros dez indígenas terminaram feridos durante o ataque; um bebê de colo chegou a levar um tiro de bala de borracha – arma de uso restrito às forças policiais.

Entre setembro e dezembro, o Exército manteve uma operação em Antônio João. O objetivo era impedir novos ataques de fazendeiros, além de outras retomadas pelos indígenas. Apenas uma parte da missão foi cumprida: os fazendeiros realizaram novos ataques com o intuito de reocupar as sedes das fazendas – além da Fronteira, as fazendas Cedro, Barra e Primavera, incidentes em Nhanderu Maragatu, foram retomadas na mesma semana. Os Guarani e Kaiowá não resistiram. O Exército também não. No entanto, os indígenas permaneceram nas fazendas erguendo barracos de lona em outros cantos das propriedades.



# O lugar onde o crime compensa

“A criminalização de lideranças indígenas, os ataques às retomadas e a criação da CPI do Cimi ocuparam o espaço vazio deixado pelos poderes Executivo e Judiciário”.

**Renato Santana**, Assessoria de Comunicação

O assassinato de Semião Vilhalva segue impune, sete meses depois. Tampouco os ministros do STF revisitaram a decisão pela suspensão da homologação de Nhanderu Marangatu. O presidente da Corte Suprema, o ministro Ricardo Lewandowski, porém, indeferiu pedidos de reintegrações de posse impetrados pelos fazendeiros contra as retomadas dos Guarani e Kaiowá de Nhanderu. Luana Ruiz Silva, filha de Roseli e neta de Pio Silva, foi a advogada autora dos pedidos. Luana costuma se referir ao avô como o desbravador das fronteiras sul-mato-grossenses. Tal ímpeto motiva a neta.

Luana defendeu à imprensa do Mato Grosso do Sul, em 8 de setembro de 2015, a utilização de armas pelo direito à propriedade: “Eles (indígenas) estão cometendo crime e violando letra expressa da lei. Quando o produtor rural retoma como nós fizemos, a lei me permite, a lei me garante, a lei fala que é direito do proprietário a legítima defesa da propriedade, ainda que com o uso de arma. Estou agindo dentro da lei e no exercício regular de um direito”. A advogada disse ainda que não acredita que “produtores rurais matam índios”: “Eles trazem o conflito e vêm morrer dentro da casa do produtor rural. Eles que dão esse passo à frente”.

Elizeu Guarani e Kaiowá, integrante da Aty Guasu, a Grande Assembleia do povo, rebate a advogada: “Tem o fato da terra ser demarcada como Guarani e Kaiowá, então, não é propriedade dela. Mas também eles não defenderam nada em Nhanderu, atacaram o nosso povo e provocaram a morte do Semião”. Conforme o Guarani e Kaiowá, existe uma tentativa de transformar as vítimas em culpadas pelo sofrimento que passam. “Estamos em busca do direito de ocupar as terras tradicionais do nosso povo, dos nossos antepassados. Essa decisão é sem volta e garantida pela Constituição. Quem sofre as violações é a gente e não usamos de violência pra garantir nosso direito”, declara.

A estratégia das retomadas Guarani e Kaiowá segue uma lógica simples, de não-violência: toda a comunidade entra no território e monta acampamento. Quando há funcionários, os indígenas pedem para que eles se retirem. Não há atos de violência registrados nessas retomadas por parte dos indígenas. Tampouco de apropriação de bens. “Quem chega com violência são os fazendeiros. Botam

pistoleiro em cima da gente, de velho, de criança. Queremos o território, que tem dono, não bois, casas, soja, enfeite de cristal. É o nosso direito e respeitamos os deles (fazendeiros)”, explica Anastácio Peralta Guarani e Kaiowá.

Cerca de 48 horas depois do assassinato de Semião, um grupo de indígenas já estava na frente do Palácio do Planalto, em Brasília. Um caixão simbolizava mais essa morte e como num cortejo o grupo passou ainda pelo STF, onde protocolaram um pedido pelo fim da suspensão à homologação de Nhanderu Marangatu, e terminaram no Congresso Nacional, onde o caixão foi “sepultado” na rampa do prédio do Poder Legislativo.

“Aqui tá o corpo do Semião, a prova do que o governo federal, o Congresso e o STF fazem com nosso povo. Esse caixão representa o que o agronegócio faz com nosso povo. Presidente Dilma, esse caixão é resultado da sua falta de coragem”, declarou na ocasião Daniel Vasques Guarani e Kaiowá. Anastácio frisou que no Brasil “uma criança indígena vale menos que um boi, uma saca de soja”. Entre os Guarani e Kaiowá é comum se escutar que eles sabiam o que iriam enfrentar quando decidiram retornar para os territórios espoliados, as mortes que iriam acontecer; sabem que aquilo que o branco escreve, não se lê.

Acompanhando os indígenas no protesto, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, deputado Paulo Pimenta, declarou que a morte de Semião é resultado da omissão e do descaso do Estado brasileiro. “Há dez anos saiu a homologação, obedecendo toda a legislação vigente de demarcação das terras indígenas. Uma ação suspende seus efeitos e uma década depois nada é resolvido e a homologação cumprida”, disse.

Por enquanto, não há nenhuma responsabilização às pessoas que incitaram a invasão à Nhanderu Marangatu resultando na morte de Semião, ou do autor dos disparos que atingiram o indígena de forma fatal. O STF também não deu qualquer indício de que restabelecerá a homologação, que em 2016 completará 11 anos. Todavia, a criminalização de lideranças indígenas, os ataques aos acampamentos das retomadas e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, ocuparam o espaço vazio deixado pelos poderes Executivo e Judiciário.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



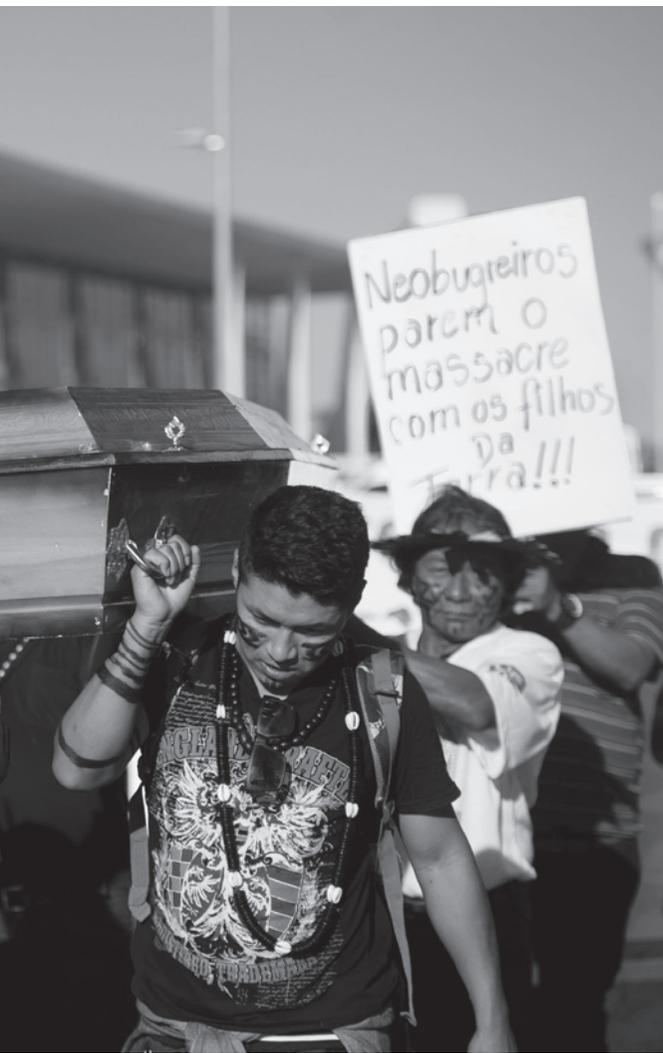
Mesmo após o ataque ao acampamento indígena, mobilizado inclusive pelas redes sociais, ter culminado na morte de Semião Vilhalva, ruralistas defendem a utilização de armas para resguardarem suas propriedades e culpam os indígenas

## Três personagens à procura de um autor

A repercussão do assassinato de Semião Vilhalva mobilizou a imprensa e organismos internacionais de direitos humanos. A ação hostil dos fazendeiros e ruralistas acabou rechaçada pela opinião pública, silenciando até mesmo seus zelosos defensores pais afora. Numa encenação bufa, três personagens saíram à caça de um autor que pudesse sistematizar uma história quase cômica, não fosse a tragédia da trama rocambolesca, sobre conspirações internacionais visando a apropriação de riquezas minerais, milhões de reais depositados para indígenas fazerem retomadas, compra de armas, guerrilhas, incitações, a divisão do Brasil por uma República Guarani; tudo coordenado e executado pelo Cimi. Indígenas e fazendeiros, conforme o argumento, seriam vítimas de uma entidade criminosa, “braço esquerdista” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As duas primeiras personagens são as fazendeiras Roseli Maria Ruiz Silva e sua filha herdeira, a advogada Luana Ruiz Silva. Ambas reivindicam o legado do Velho, como era chamado Pio Silva. Roseli se porta como uma liderança entre fazendeiros e sindicatos rurais, comumente falando em nome de “bravos produtores rurais”. Luana cuida do departamento jurídico da turma. Entra com processos de reintegração de posse, constrói argumentos para questionar laudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) de demarcação, incide na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra advogados indígenas e percorre o país costurando alianças anti-indígenas. O Cimi sempre foi responsabilizado pela dupla por crimes contra a propriedade privada, entre outros. Em vídeo divulgado pela própria advogada, ela elenca como objetivo “acabar com o Cimi no Mato Grosso do Sul”.

O terceiro personagem é o delegado da Polícia Federal, Alcídio de Souza Araújo. O delegado se trans-



formou numa espécie de “Japonês da PF” dos despejos: onde tinha uma reintegração de posse contra comunidades indígenas do estado, lá estava Alcídio. Em uma delas, em 3 de junho de 2013, ele comandou uma desastrosa operação de despejo contra a comunidade Terena da Terra Indígena Buriti, no município de Sidrolândia (MS). Oziel Gabriel Terena foi morto com um tiro no peito. Conforme os Terena, o disparo partiu do lado em que os policiais estavam durante o cerco aos indígenas. Dias antes, durante visita do Ministério Público Federal (MPF) e organizações de direitos humanos ao local onde seria feito o despejo, Alcídio apreendeu sem autorização judicial o computador e o gravador do jornalista do Cimi, Ruy Sposati. O delegado afirmou ao profissional, na ocasião, que nunca tinha ouvido falar do Cimi em anos de trabalho na PF.

Esses três personagens enfim conseguiram uma autora para a encenação que vinham maquinando, a deputada estadual Mara Caseiro (PMB/MS). Tendo como gancho os episódios de Nhanderu Maragatu, a parlamentar conseguiu assinaturas necessárias entre os deputados da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul e protocolou na mesa diretora da casa um pedido de instalação de CPI para investigar supostas incitações e financiamentos do Cimi às retomadas de territórios tradicionais pelos povos indígenas do estado. Sem fato determinado, ou seja, provas contundentes de que o Cimi de fato praticava atos ilícitos, no dia 29 de setembro de 2015

a CPI foi instalada. Exatamente um mês depois da morte de Semião Vilhalva.

Mara declarou à imprensa que o objetivo da CPI era saber “qual o intuito das pessoas que entram nas comunidades indígenas falando que querem melhorar a qualidade de vida, mas levam essas pessoas ao confronto, buscando colocar a vida delas em risco, principalmente de mulheres e de crianças”. À tese abastecida pelos principais opositores à demarcação de terras indígenas no estado passou a se acumular depoimentos contra o Cimi. Um dos principais argumentos é de que a entidade possui interesses escusos sobre as riquezas naturais concentradas nas terras indígenas.

“Matar índios aqui no Mato Grosso do Sul pode. Expulsá-los de suas terras com pistoleiros pode. Agora, quem se opõe a isso é investigado?”, questionou o deputado estadual Pedro Kemp (PT).

Em reação contrária à instalação da CPI do Cimi, a sociedade organizada sul-mato-grossense passou a pedir uma CPI para investigar o genocídio dos povos indígenas. Os assassinatos, suicídios e a violência entre os Guarani e Kaiowá e Terena foram os fatos elencados para justificar a instalação da CPI. A

“Matar  
 índios aqui  
 no Mato Grosso  
 do Sul pode.  
 Expulsá-los de  
 suas terras com  
 pistoleiros pode.  
 Agora, quem se  
 opõe a isso é  
 investigado?”

questionou o deputado  
 estadual Pedro Kemp

Assembleia Legislativa passou a ser alvo de protestos e ocupações, o que levou parlamentares ruralistas a questionar se a CPI do Cimi deveria ter continuidade. A CPI do Genocídio acabou instalada, como forma de arrefecer as pressões, mas com composição majoritária de parlamentares ruralistas, assim como a CPI do Cimi. Estes parlamentares, sem exceção, tiveram suas últimas campanhas financiadas por empresas do agronegócio que possuem cadeias de produção nas terras indígenas. Algumas dessas empresas estão envolvidas nos esquemas de corrupção desvelados pela Operação Lava Jato.

Composta por cinco integrantes, a CPI do Cimi tem, além de Mara Caseiro, o deputado Marquinhos Trad (PMDB), vice-presidente, e como relator o deputado Paulo Corrêa (PR). O triunvirato recebeu, nas eleições de 2014, R\$ 2.454.542,06 em doações. Desse total, o relator da CPI do Cimi declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o montante de R\$ 769.515,50 - as construtoras UTC, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa financiaram, aproximadamente, 40% da campanha declarada pelo deputado.



A violenta reintegração de posse realizada em Nhanderu Maragatu em dezembro de 2005 ainda é bastante traumática para os Guarani e Kaiowá: violência e criminalização aumentaram no estado neste período

## Guerrilha, Tex e milhões: histórias da CPI do Cimi

O que o personagem dos quadrinhos *western* chamado Tex, um policial texano herói da colonização do oeste estadunidense, tem a ver com a CPI do Cimi?

Aparentemente, nada - mas, conforme o delegado da Polícia Federal Alcídio de Souza Araújo afirmou durante oitiva da CPI, é onde tudo começa. Foram as leituras do gibi Tex que o introduziram à questão indígena - e juntando com o que ele “ouviu dizer” ou “disseram para ele, mas não é possível provar” sobre o Cimi, ele pôde concluir que a organização indigenista financia e incita as retomadas de terras no Mato Grosso do Sul, o que para ele compõe um mosaico de ilegalidades envolvendo técnicas de guerrilha e financiamentos milionários.

Como, de que forma e quais elementos materiais comprovam estes supostos procedimentos de atuação do Cimi junto aos povos indígenas, não houve Tex que ajudasse o delegado a comprovar. Tampouco Jeová, evocado por Alcídio para lançar dúvidas se, de fato, uma freira do Cimi que atua no Mato Grosso do Sul era religiosa ou farsante, posto que, conforme o delegado afirmou, a freira sequer sabia quem era Jeová.

Acusações graves de todo tipo, sem provas: treinamentos de táticas de guerrilha, falsidade ideológica de missionários e assessores; milhões de reais despejados pelo Cimi na conta de um indígena anônimo - tudo devidamente enquadrado pelo delegado Alcídio no científico e metodológico “ouvi dizer” e no “me disseram, mas não posso provar”. Aliados a teorias da conspiração - formalmente convocadas na CPI através do depoimento/palestra do sociólogo mexicano Lorenzo Carrasco - de que, para atender a “interesses estrangeiros”, o Cimi trabalha para impedir a “integração” dos indígenas à sociedade branca, as afirmações do delegado tornam-se matéria-prima para os parlamentares ruralistas construírem uma narrativa fantasiosa e subjetiva de criminalização do Cimi, de jornalistas e de integrantes dos movimentos sociais no estado.

A cada sessão, os ruralistas passaram a convocar mais e mais depoentes, como o vice-governador de Roraima Paulo César Quartieiro - alegando, sem fatos determinados, que a “tecnologia usada pelo Cimi no estado é a mesma no restante do país”, nas palavras do relator, deputado Paulo Corrêa, e que, portanto, é relevante para o relatório da Comissão. Passou de 50 o número de convocados pela CPI do Cimi. Em dezembro, na última sessão antes do recesso parlamentar, a presidente Mara Caseiro anunciou que a comissão seria prorrogada.

A Comissão tornou-se uma espécie de julgamento macartista: o deputado Corrêa chegou a perguntar ao indígena Dionedson Terena o que ele fazia numa assembleia... Terena. O Estado, seja pelos poderes Legislativo, a contar a CPI do Cimi, PEC 215, Executivo, responsável pela repressão policial e paralisação das demarcações, e o Judiciário, suspendendo homologações de terras, declarou guerra aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul; não sem uma resistência daqueles que buscam o chão tradicional. ♦



# Um imenso vazio

A política indigenista do governo federal em 2015 foi, mais uma vez, marcada por uma radical omissão. O não cumprimento da Constituição Federal em relação às demarcações das terras indígenas está diretamente relacionado à crescente violência contra estes povos. De 26 a 30 de dezembro, pelo menos cinco indígenas foram assassinados no Maranhão, Tocantins, Paraná e Santa Catarina.

**Roberto Liebgott**, Coordenação do Regional Cimi Sul

A política indigenista do Brasil no ano de 2015, não fossem os rastros de violências que ela deixou, poderia ser definida como um imenso vazio. Quase nada se fez, neste ano, no tocante às demarcações de terras, à exceção de sete áreas homologadas, sendo seis no estado do Amazonas, sobre as quais não havia conflitos e litígios, e uma área no estado do Pará. Esta última só foi assinada porque tratava-se de condicionante imposta para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. No que se refere a outros aspectos da política pode-se, igualmente, constatar a falta de ações estratégicas e de investimentos para a consolidação dos direitos indígenas.

A política indigenista foi, evidentemente, afetada pela crise econômica, jurídica e política que se impôs no Brasil ao longo de todo o ano. As instituições públicas acabaram, em alguma medida, implicadas, uma vez que as principais autoridades do país foram colocadas sob suspeição – a presidente da República e seu vice e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público dão conta da existência de um amplo esquema de corrupção, do qual participam centenas de parlamentares e servidores públicos.

Como em anos anteriores, verificou-se em 2015 a omissão do governo federal com a questão indígena, dada a baixíssima execução orçamentária nas ações voltadas para os povos indígenas. Na ação denominada “Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas”, até o início do mês de novembro, dos pouco mais de R\$ 18 milhões previstos no orçamento, só foram

liquidados pouco mais de R\$ 2,6 milhões. Não foi usado nenhum centavo dos R\$ 5 milhões previstos para “Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena”, nem dos R\$ 30 milhões previstos para “Indenização para Solução de Conflitos Indígenas”.

A crise gerou insegurança política, jurídica, na governabilidade e afetou drasticamente a economia, impondo, especialmente aos trabalhadores e às camadas mais pobres e vulneráveis da população, a incerteza quanto ao cotidiano da vida, refletida em ameaças de desemprego, encarecimento dos preços dos alimentos e do vestuário, inflação crescente, aumento de impostos, recessão e precariedade na assistência em educação, saúde e segurança.

É também a partir deste contexto que se deve avaliar a atuação do governo federal no que tange às políticas para indígenas, quilombolas e outros grupos ou comunidades tradicionais. Com a crise institucional, o governo, que já era omissivo no que tange aos direitos dessas populações, tornou-se ainda mais omissivo. Em função disso, as violências praticadas contra os povos indígenas intensificaram-se em todo o país. Na ausência do poder estatal, a orientação política acabou sendo dada por aqueles setores da economia que ambicionam a exploração das terras. Terras que para os povos indígenas e quilombolas são base de sustentação física e cultural, enquanto para esses setores são atrativas em função de suas potencialidades econômicas, tendo em vista a geração de energia hidráulica, exploração de minérios, expansão da agricultura – especialmente de soja, milho, cana-de-açúcar – e da pecuária.

As terras indígenas têm sido vistas como uma nova fronteira para a expansão da produção de grãos e de carne e aqueles que as habitam tradicionalmente são considerados entraves, no entendimento dos setores dominantes. Os povos indígenas são vistos como um

“problema”, na medida em que atrapalham os planos de expansão produtiva e de um suposto desenvolvimento econômico.

O governo federal, dobrando-se à concepção desenvolvimentista, tomou a decisão de paralisar as demarcações das terras reivindicadas pelos povos ainda no ano de 2013 e manteve-se, em 2015, inoperante.

## Omissão gera violência

A ausência do Estado e a falta de regularização das terras são geradores de conflitos e violências. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), há 1.044 terras indígenas no Brasil, dentre as quais apenas 361 estão registradas, outras 154 estão “a identificar” e 399 estão classificadas como “sem providências”. A ação política dos ruralistas motiva, fomenta e legitima as mais variadas práticas de violência contra indígenas e quilombolas. No período de 2003 a 2014, foram assassinados no Brasil 754 indígenas, sendo 390 no Mato Grosso do Sul.

No âmbito do Congresso Nacional estão sendo propostos projetos de lei e de emendas à Constituição Federal com o claro objetivo de inviabilizar as demarcações e de possibilitar a exploração dos recursos naturais das áreas homologadas. Só para se ter uma ideia da articulação e da força que se volta contra os povos indígenas no âmbito Legislativo, tramitam na Câmara dos Deputados e Senado Federal mais de cem proposições que visam alterar artigos concernentes aos direitos indígenas na Constituição Federal.

Dentre as propostas legislativas mais perigosas encontra-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que visa alterar o texto constitucional para colocar sob responsabilidade do poder Legislativo as demarcações de terras indígenas no país. O projeto prevê a autorização da esfera legislativa para se promover qualquer demarcação de terra, restringindo a ação administrativa do poder Executivo. Com isso, todas as demarcações de terras indígenas e quilombolas passariam pelo crivo e aval dos parlamentares e cada demarcação exigiria a aprovação de uma lei específica. Os direitos indígenas, assegurados na Lei Maior do país, estariam suscetíveis aos interesses políticos de ocasião.

Além disso, terras demarcadas ao longo de décadas poderiam ser revisadas, caso essa PEC fosse aprovada. A proposta aprovada na Comissão Especial, que segue para o plenário da Câmara dos Deputados, inclui dispositivos que viabilizariam o arrendamento das terras indígenas – que são bens da União – possibilitando a terceiros a exploração e a obtenção de lucros. Inclui-se





*Em um contexto em que o Estado se omite e os Três Poderes atuam no sentido de retirar direitos constitucionais indígenas, os povos fizeram em 2015 o que têm feito nos últimos 515 anos: resistir e lutar pela garantia de suas vidas e do Bem Viver*

ainda outro dispositivo que rompe com a autonomia e o protagonismo dos povos ao restituir a categorização de distintos “estágios de desenvolvimento” e ao apregoar a gradativa inserção dos “índios” na sociedade nacional. Tal dispositivo colide com o disposto no Artigo 231 da Carta Magna, que reconhece aos povos indígenas suas organizações sociais, seus costumes, línguas, crenças e tradições. A proposição sinaliza um retrocesso nas formas como se estabelecem as relações do Estado brasileiro para com os povos indígenas.

Não bastassem os dispositivos inconstitucionais inseridos na PEC 215/2000, há ainda a incorporação das 19 condicionantes que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu por ocasião do julgamento da ação popular que pretendia impugnar o procedimento de demarcação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, em Roraima. Na prática, trata-se de um grosseiro equívoco, uma vez que aquela decisão se restringiu à constitucionalidade da demarcação daquela terra e, portanto, não se vincularia aos procedimentos demarcatórios futuros, nem deveria ser generalizada e aplicada a outras.

A PEC 215/2000 também incorpora o que vem sendo denominado, no âmbito do poder Judiciário, de marco temporal, tese sustentada no julgamento do caso Raposa Serra do Sol. Isso significa dizer que, se os povos ou as comunidades indígenas não estivessem na posse da terra em 1988 ou não estivessem postulando a terra judicialmente ou em disputa física – o chamado renitente esbulho – eles perdem o direito à demarcação de áreas atualmente reivindicadas.

Esta interpretação é mais uma afronta aos direitos originários dos povos indígenas, pois ao impor esta tese descolada da história de resistência dos povos e das comunidades indígenas, constitui-se uma grave contradição, impondo aos indígenas uma responsabilidade que não lhes competia antes da Constituição de 1988, qual seja, a de ingressarem em juízo, uma vez que eles eram tutelados pelo Estado.

Atualmente, com o fim da tutela expressamente estabelecido em nossa Lei Maior, o poder Judiciário não procede ao chamamento dos povos, quando da discussão de processos que lhes dizem respeito. Por isso, é necessário reafirmar que o entendimento dos ministros sobre o tema (renitente esbulho), no contexto da TI Raposa Serra do Sol, serviu para legitimar a demarcação, assegurando a posse indígena sobre terras onde se constituíram fazendas desde o início do século passado.

## Desconhecimento gera injustiça

Muitos julgadores, desde aqueles de primeira instância, têm dificuldade em interpretar adequadamente as garantias expressas na Constituição Federal acerca das diferenças étnicas e culturais. Alguns juízes desconhecem as concepções e os modos de ser dos povos indígenas, bem como as formas como eles se relacionam com os “bens” materiais, culturais, imemoriais, históricos e com a terra. Os povos estabelecem vinculações ancestrais com seus espaços, são orientados por valores coletivos, pelo pertencimento étnico, pelas distintas religiosidades, ontologias e cosmologias. Por não entenderem estas diferenças, algumas decisões são equivocadas e podem restringir o direito à terra e, conseqüentemente, comprometer a qualidade de vida desses povos.

Parece-me haver três elementos jurídicos que têm gerado controvérsias nos julgamentos de tribunais referentes às demarcações e que tomam como base o marco temporal: há, nos julgados dos tribunais, insuficiente entendimento conceitual acerca da aplicação do marco temporal nos processos que envolvem a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas; há divergências entre os magistrados no tocante aos conceitos de direito indígena à terra – posse, ancestralidade, usufruto e bens da União – em relação à posse e propriedade oriundos do direito civil; há desconhecimento quanto à aplicabilidade do direito em relação às diferenças étnicas, culturais e ao fato dos povos indígenas terem sido considerados sujeitos de direitos individuais e coletivos – plenamente capazes (Art. 232 CF/1988).

Infelizmente, no contexto de adversidades econômicas e de crise política, vividas ao longo de 2015 em âmbito nacional, os setores conservadores ligados especialmente ao latifúndio, às mineradoras e ao agronegócio encontraram espaço profícuo para a promoção de uma intensa campanha contra os direitos indígenas e quilombolas. Como resultado, pode-se acompanhar uma série de ações violentas contra as comunidades indígenas, suas lideranças e contra os bens indígenas, que são patrimônio da União.

No Mato Grosso do Sul, foi imposta por fazendeiros e parlamentares uma brutal ofensiva – especialmente difundida em meios de comunicação – contra as demarcações de terras. Como consequência, muitas pessoas foram espancadas, ameaçadas, baleadas, assassinadas e comunidades inteiras acabaram submetidas à tortura e perseguição, como ocorreu nas áreas de Kurusu Ambá, Pyelito

“Precisamos permitir que as concepções indígenas permeiem e reconfigurem as prioridades que temos assumido e as formas como temos lidado com o ser humano, com a Terra, lugar comum sem o qual não temos futuro, nem esperança”

Kue, Serro Marangatu, Tey Kue, Tey Jusu, Potrero Guassu.

No Maranhão, além das violências contra as comunidades e suas lideranças, os madeireiros protagonizaram ações de depredação e crimes ambientais, ateando fogo nas matas da Terra Indígena Awá Guajá, incêndio que consumiu centenas de milhares de hectares de floresta. Também no Maranhão, na divisa com o estado do Pará, madeireiros sequestraram e torturaram dezenas de pessoas do povo Ka’apor e feriram à bala várias lideranças que se opunham à exploração madeireira.

Outra estratégia dos setores contrários aos direitos às demarcações de terras foi o da criminalização dos defensores e apoiadores dos povos indígenas. Em Mato Grosso do Sul parlamentares criaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do Cimi e promoveram uma intensa campanha de perseguição aos missionários e seus familiares. Em âmbito nacional, foi criada uma CPI para investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgãos responsáveis pela demarcação de terras indígenas e quilombolas. A intenção das bancadas ruralistas – em âmbito estadual e federal – é desqualificar os direitos indígenas e quilombolas e intimidar todos aqueles que lutam pela sua defesa.

Diante deste contexto, como dar segmento às lutas pela garantia dos direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais? Como enfrentar as adversidades, numa conjuntura absolutamente desfavorável à grande maioria da população pobre e excluída de nosso país?

Certamente estes povos e comunidades deverão manter um processo de mobilização pela garantia de seus direitos e convocar os demais setores da sociedade que sofrem a violência da discriminação, da falta de segurança, da falta de políticas que lhes assegurem moradia, saúde, educação, terra e emprego a somarem forças contra o projeto capitalista desenvolvimentista posto em curso em nosso país.

## Bem Viver gera outro futuro

A lógica desenvolvimentista vai de encontro à ideia do Bem Viver indígena. A primeira apregoa que tudo deve se converter em recurso – ambiental, territorial, humano – e a segunda prioriza a vida. A lógica desenvolvimentista baseia-se na concorrência e incentiva as pessoas a gerirem suas vidas como se estivessem gerindo uma empresa, a lógica do Bem Viver indígena fundamenta-se numa visão de compartilhamento de espaços e de solidariedade entre as pessoas. A lógica desenvolvimentista faz com que vejamos em um rio um potencial de exploração hídrica, enquanto que a lógica do Bem Viver indígena põe no foco do olhar as possibilidades de interação com o rio e com tudo o que nele habita (incluindo os seres que não podemos ver).

A garantia dos direitos sociais passa necessariamente pela transformação do modelo de sociedade em que vivemos – marcadamente competitiva, individualista e consumista –, pois neste modelo dificilmente ganham relevância as lutas mais amplas e nele os coletivos que não regem suas vidas pela lucratividade são vistos como obsoletos. O imediatismo e o individualismo degeneram as condições de vida compartilhada, e nos colocam, a todos, numa condição de insegurança e de instabilidade permanente.

Se temos a oportunidade de vislumbrar um futuro diferente é porque existem lutas coletivas – de indígenas, de quilombolas, de grupos sociais vinculados na defesa de direitos das comunidades tradicionais, das crianças, das mulheres, dos homossexuais, dos negros, dos chamados “deficientes”. Estes coletivos de luta vislumbram um mundo melhor, acreditam que é possível construirmos uma sociedade na qual se resguardem os direitos de todos.

O Bem Viver (para todos nós) não pode ser conquistado sem que haja uma radical mudança nas concepções e políticas destes tempos em que vivemos. Precisamos, então, permitir que as concepções indígenas permeiem e reconfigurem as prioridades que temos assumido e as formas como temos lidado com o ser humano, com a Terra, lugar comum sem o qual não temos futuro, nem esperança. ♦

# Fraturamento hidráulico: uma obscura ameaça

Você já ouviu falar sobre o *fracking*? Sabe os impactos que ele causa? A região em que você mora está entre as que já tiveram outorga para a sua exploração?

Mais conhecido por seu termo em inglês, *fracking*, o fraturamento hidráulico é uma tecnologia utilizada para a extração de petróleo e gás não convencional de rochas subterrâneas do folhelho pirobetuminoso (mais conhecido como xisto). Ela é empregada para, através da injeção a altíssima pressão de água, areia e mais de 600 substâncias químicas, fraturar a rocha e liberar o gás. Apesar de não estar regulamentada e do desconhecimento generalizado da sociedade brasileira, a Agência Nacional de Petróleo já realizou leilões ofertando blocos para esse tipo de exploração, que causa irreversíveis e perigosos impactos no meio ambiente e nas populações, inclusive indígenas.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

No dia 30 de novembro de 2015, a Justiça Federal de Cruzeiro do Sul, a 600 km de Rio Branco, capital do Acre, acolhendo solicitação do Ministério Público Federal (MPF), proferiu decisão liminar suspendendo atividades relacionadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, por métodos convencionais ou não convencionais, no lote AC-T-8, que engloba terras na região do Vale do Juruá, entre os estados do Acre e Amazonas (veja mapa na página ao lado).

Um dos aspectos mais relevantes desta decisão é que o juiz federal João Paulo Morretti de Souza afirmou “há que se levar em conta os estudos de renomadas fontes que sugerem vários tipos de prejuízos possíveis e prováveis para a população e para o meio ambiente nas regiões onde se aplica a modalidade de extração eleita para este tipo de atividade (*fracking*)”.

E, referindo-se ao fraturamento hidráulico, o magistrado continua: “com riscos enormes para a existência dos recursos hídricos, minerais, para a fauna, a flora, e também para a vida humana, tanto no que se refere à vida cotidiana das populações da região, quanto ao possível aumento de defeitos congênitos em populações próximas, que poderiam estar relacionados à presença de empreendimentos de gás de xisto”.

Fundamentada nas “graves ilegalidades tanto do ponto de vista ambiental quanto social”, como a não realização da Avaliação Ambiental da Área Sedimentar (AAAS), esta decisão é uma tentativa de impedir que o absoluto desrespeito à legislação brasileira e internacional se materialize em severos e desnecessários riscos ao país.

Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, em 5 de agosto de 2013, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) manifestaram preocupação com a decisão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de incluir a oferta de gás não convencional na 12ª Rodada de Licitações, que foi realizada em novembro daquele ano.

Ressaltando os riscos e danos ambientais envolvidos nos processos altamente invasivos, que podem ocasionar vazamentos e a contaminação de aquíferos de água doce e a poluição de expressivos volumes de água que retornam à superfície, por hidrocarbonetos e outros compostos e

metais presentes na rocha e pelos próprios aditivos químicos utilizados, os cientistas afirmam que “não é cabível que sejam imediatamente licitadas áreas de exploração a empresas, excluindo desta forma a comunidade científica e os próprios órgãos reguladores do País da possibilidade de acesso e discussão de todas as informações que poderão ser obtidas, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como das consequências ambientais dessa atividade, que poderão superar amplamente seus eventuais ganhos sociais”.

Há cerca de dois anos, a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável pelas áreas de meio ambiente e patrimônio cultural no Brasil, também recomendou à ANP que não incluísse o *fracking* naquele leilão.

No entanto, nem os alertas dos cientistas, nem a recomendação da 4ª Câmara, foram considerados pela ANP. Ignorando ainda o Princípio da Precaução e o desconhecimento generalizado da população brasileira sobre os impactos relacionados ao *fracking* – inclusive dos moradores a serem diretamente atingidos por ele – a agência governamental realizou o leilão. Segundo informações oficiais, dos 240 blocos ofertados, localizados nos principais aquíferos brasileiros, 72 foram arrematados em todo o Brasil. Destes, 49 foram adquiridos pela Petrobras, sendo que um deles é justamente o AC-T-8, localizado acima do Aquífero Juruá, o mais importante da Amazônia Ocidental, recentemente suspenso pela Justiça de Cruzeiro do Sul.

## A dez passos do território sagrado

Além das preocupações ambientais, de contaminação do solo e das águas, este lote AC-T-8 está localizado entre 10 e 30 metros apenas das Terras Indígenas (TI) Nukini e Poyanawa, e bastante próxima do território reivindicado há mais de 15 anos pelo povo Nawa. Também serão impactados os povos da TI Vale do Javari, onde está a maior concentração de populações isoladas do mundo.

“A expectativa é de que a agressividade do *fracking* causará um impacto incalculável sobre os povos indígenas, com possibilidade de severa fragmentação das comunidades”, afirma o procurador do MPF de Cruzeiro do Sul, Thiago Pinheiro Córrea. Ele também destaca o fato de que não foi realizada a consulta prévia, livre e informada às populações indígenas da região, o que configura uma violação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Além de impactar diversos povos indígenas, o fracking no Acre atingirá ribeirinhos e moradores de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul



## Principais impactos

1. Utilização excessiva de água - entre 7 e 30 milhões de litros de água são injetados em cada poço, afetando drasticamente o abastecimento para o consumo humano e animal e outros usos;
2. Contaminação das águas potáveis dos lençóis freáticos e superficiais por cerca de 600 substâncias químicas, diversas tóxicas e cancerígenas;
3. Esterilização do solo, tornando as atividades agropecuárias e o turismo inviáveis e afetando drasticamente a geração de emprego e renda;
4. Poluição do ar e da água dos rios pelo metano, que chega até às torneiras, tornando a água inflamável (com risco de explosões) e imprópria para o consumo por causar gravíssimos problemas para o sistema nervoso central, o fígado e o coração;
5. Graves e irreversíveis danos à saúde das pessoas que vivem no entorno dos poços, num raio de até 80 quilômetros: problemas respiratórios, cardíacos e neurológicos, diversos tipos de câncer, má formação congênita, esterilidade; além do aumento da mortalidade infantil e perinatal;
6. Aumento acentuado da ocorrência de terremotos e abalos sísmicos;
7. Liberação de gases do efeito estufa que agravam o aquecimento global;
8. Produção de grande quantidade de lixo industrial, muitas vezes abandonados em piscinas abertas;
9. Grave comprometimento da qualidade de vida dos moradores das regiões próximas dos poços;
10. Estudo da Universidade Cornell, divulgado em 2011, estima que a pegada de carbono do processo de extração do gás de xisto seja até 20% maior do que a do carvão, o mais “sujo” dos combustíveis fósseis.

Professora e liderança do povo Nukini, Maria Valdenice Silva de Souza mora na aldeia República, na TI Nukini, que fica à beira do Rio Moa, no município Mâncio Lima, há 645 km de Rio Branco. Há cerca de três anos ela participa ativamente dos debates a respeito do fraturamento hidráulico. “Foi em reuniões com o Cimi [Conselho Indigenista Missionário] daqui de Cruzeiro do Sul que ficamos sabendo do *fracking* nas aldeias. Então, nós nos juntamos com os não indígenas nessa luta. Porque o governo oferece algum patrimônio, joga alguma coisa pra gente, mas não faz a consulta que a lei exige e não ouve a gente”, avalia.

Em setembro de 2015, Valdenice, mãe de três filhos e avó de quatro netos, viajou seis horas de barco, nove horas de ônibus e outras seis horas de avião, percorrendo cerca de 4.570 km, para, juntamente com outros 15 indígenas e representantes de organizações da sociedade civil, protestar contra a 13ª Rodada de Licitações, da ANP, no Rio de Janeiro (foto na capa desta edição). Mesmo tendo sido concedido apenas 30 segundos pelas “autoridades” para ela se manifestar, Valdenice Nukini, deu seu recado: “Vocês não podem falar ‘pátria amada’, se vocês defendem o *fracking*, porque não existe pátria amada se não existe vida. E o *fracking* acaba com a vida. Então, reflitam sobre o que vocês acabaram de cantar, porque nós que moramos lá, o meu e outros povos, somos contra o *fracking*”, disse ela, fazendo referência ao fato de que antes da sua fala os representantes das empresas e do governo tinham cantado o hino nacional.

Aos olhos do mercado, a 13ª Rodada não foi bem sucedida, já que apenas 14% dos blocos ofertados em 10 bacias sedimentares foram arrematados. Mesmo assim, atualmente, os lotes vendidos para a exploração de gás não convencional atingem um total de 378 municípios em 15 estados brasileiros, segundo a Coalisão Não Fracking Brasil, que atua intensamente contra o uso desta tecnologia no país.

Questionada sobre os impactos que os Nukini e os seus parentes na região sentirão se o *fracking* for autorizado no lote AC-T-8, Valdenice não titubeia: “Nossos povos vão sumir, vão morrer. Não estamos preparados para lidar com uma contaminação tão forte da água, do ar e do solo. Vivemos da agricultura, da pesca, da caça. Tudo será contaminado. Não temos condições de ir pro município. Não iríamos sobreviver lá e nem em nossas terras”, angustia-se.

O interesse das petroleiras em explorar outros aquíferos brasileiros coloca em risco a sobrevivência de povos indígenas originários de outras regiões do país, como os Kaingang, os Guarani, os Anacé e os Awá Guajá.

Para saber mais sobre o avanço da exploração de petróleo e gás sobre povos indígenas na Amazônia, confira a edição do Porantim de março de 2014 em: <http://goo.gl/Ux71PB>.

## Faturamento Brasil adentro

Após diversas intervenções do MPF, que tem uma posição institucional contrária ao *fracking*, a Justiça já suspendeu atividades de exploração de gás não convencional em outros seis estados, além do Acre: Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, São

Paulo (na região de Presidente Prudente) e Paraná, priorizando a preservação de valiosas áreas, como o aquífero Guarani (PR) - a maior fonte de água doce da América do Sul - e a bacia do Parnaíba (PI), por exemplo.

Os outros lotes arrematados ainda sujeitos à exploração através do *fracking* estão situados nos estados de Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Tocantins, Amazonas e Rio Grande do Sul. Portanto, atualmente, o já tão sofrido Rio São Francisco, dentre outras relevantes bacias hidrográficas, está sujeito à mais essa intensa exploração de seus potenciais hídricos. Além é claro, do alto risco de contaminação de suas águas por centenas de substâncias químicas, diversas tóxicas e cancerígenas, que são injetadas nas rochas para a obtenção do gás.

Segundo a diretora da organização 350.org, Nicole Figueiredo de Oliveira, 56 municípios já aprovaram leis municipais que proíbem o *fracking*, sendo que alguns deles foram mais abrangentes ao considerarem também questões vinculadas a esta tecnologia, como a outorga da água, a constante queima de gases, o transporte dos materiais, etc. Ela explica que ainda não ocorrem no Brasil atividades de exploração, quando são feitas perfurações para a extração comercial em grande escala.

“O que acontece em alguns lugares são perfurações para a realização de estudos. No Paraná, este tipo de perfuração causou recentemente cerca de 12 terremotos nas cidades de Arapongas, Londrina e Maringá”, afirma Nicole.

Percebidos desde o dia 14 de dezembro de 2015, os abalos já atingiram 1,9 na Escala Richter, de acordo com a Universidade de São Paulo (USP), e provocaram rachaduras em milhares de residências. As causas ainda estão sendo levantadas, mas

a Coalisão Não Fracking Brasil afirma ser preocupante que eles tenham acontecido justamente no período em que a ANP estaria realizando testes para prospectar petróleo e gás natural na região.

É de amplo conhecimento que, em toda a sua extensão, o ciclo da energia fóssil é impactante. Por isso, organizações de diversos países vêm já há décadas defendendo que os combustíveis fósseis permaneçam “no chão”. “É preciso fazer a transição para a produção de energias renováveis que sejam descentralizadas e justas, que não atinjam comunidades tradicionais nem impactem terras férteis para agricultura, por exemplo”, defende Nicole.

O próximo leilão da ANP está programado para junho de 2016. Ele disponibilizará blocos de *fracking* para venda e deverá contar com a participação da empresa russa Gazprom, reconhecida internacionalmente por diversas violações de direitos, além da participação de outras gigantes corporações do mercado, como a chinesa Cnooc, a britânica BP, os estadunidenses Exxon Mobil e Chevron e a francesa Total S.A., além da Petrobras.

## Destruição América afora

Proibido em alguns países europeus, como França e Bulgária, o fraturamento hidráulico vem sendo utilizado em vários países do continente americano, com destaque para os Estados Unidos (EUA) e a Argentina (leia mais nas páginas 10 e 11).

Empregado em larga escala nos EUA há mais de 10 anos, o *fracking* responde por cerca de 30% da produção nacional de gás e foi exaltado como o meio que levaria o país a se tornar autossuficiente em produção de energia até 2035. Isento de cumprir as principais leis ambientais federais, esta tecnologia encontra grande resistência por parte de ambientalistas.

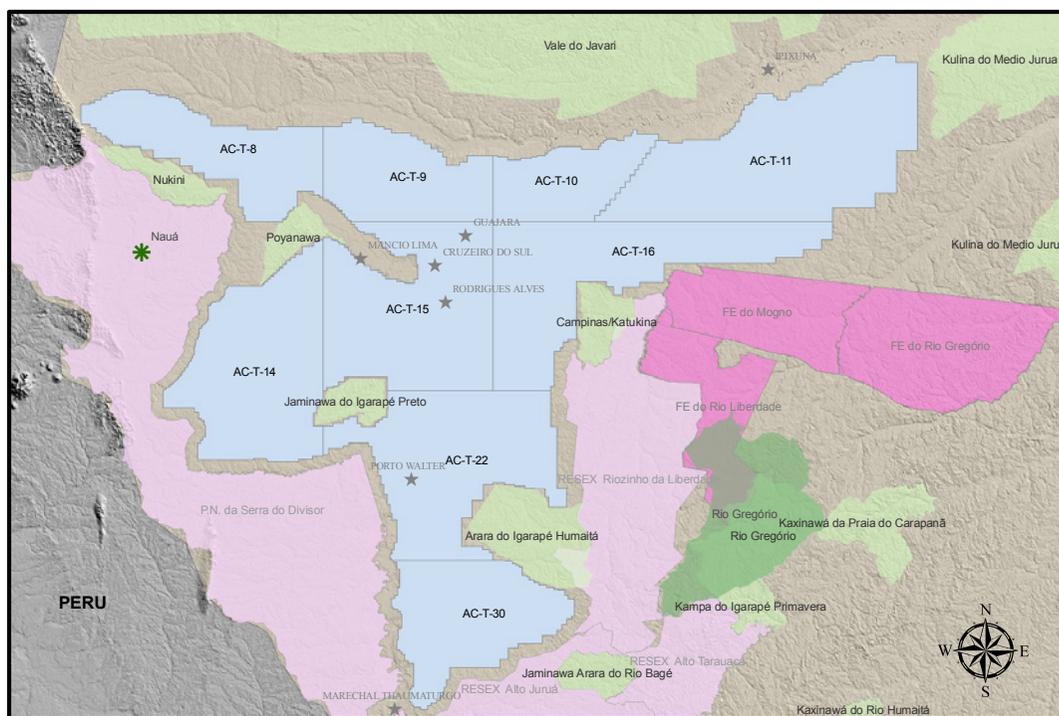
A contaminação da água por metano é um dos mais assustadores efeitos denunciados no país pelos moradores já impactados. Cientistas encontraram níveis elevados deste gás e de etano em mais de 100 poços privados que abastecem as casas situadas na bacia de gás de xisto de Marcellus, no nordeste da Pensilvânia e no sul do estado de Nova Iorque.

Mesmo em relação à economia, o *fracking* parece não estar tão bem assim nas terras do Tio Sam. Reportagem do *Wall Street Journal*, de setembro de 2015, revelou que “uma onda de empresas indo à falência está varrendo o setor de petróleo dos Estados Unidos e colocando em risco dezenas de firmas de fraturamento hidráulico”. Segundo o periódico, 55 mil pessoas já foram demitidas ao redor do mundo e 35% das empresas petroleiras desaparecerão até o fim de 2016.

Com uma das maiores reservas de xisto do mundo (2ª ou 3ª, dependendo da fonte), a Argentina utiliza o *fracking* há menos de 10 anos. Em 2013, o país foi impedido de exportar as famosas maçãs das províncias de Neuquén para a União Europeia, já que elas estavam contaminadas com metais pesados oriundos do *fracking*.

No sudoeste da Argentina, o povo Mapuche tem sido impactado de modo gravíssimo pelo *fracking*. Segundo a agência de notícias IPS, vinte e duas comunidades Mapuche vivem no topo de Vaca Muerta, a formação geológica onde as reservas de gás estão localizadas. Elas reclamam que não foram consultadas sobre o uso de suas terras ancestrais, como exige a Convenção 169 da OIT. Além das impactantes mudanças no modo de vida tradicional, causadas pela enorme quantidade de poços perfurados na região, a construção de estradas e o intenso ruído e poeira dos caminhões, indígenas têm sido expulsos de seus territórios e intensamente criminalizados pelas empresas petroleiras. ♦

## Blocos ANP - 12 Rodada - Bacia do Acre / Madre de Dios



Legendas	
	Terra Indígena Em Estudo
	Terra Indígena Declarada
	Terra Indígena Regularizada
	Blocos R12
	Unidades de Conservação Federais
	Unidades de Conservação Estaduais
	Sedes Municipais

Coordenação Regional do Vale do Javari - CRVJ  
 Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari - FPEVJ



## PERIGO SOB OS PÉS

Como funciona a técnica de fraturamento hidráulico para extração de xisto



**Já foram vendidos blocos para exploração de gás, através do fracking, em 15 estados brasileiros. Indígenas em vários países sofrem as consequências desta opção "tudo em nome do lucro"**

# Um testemunho sobre o *fracking*

Ao explorar reservatórios de gás e petróleo inatingíveis há algumas décadas, através da tecnologia denominada *fracking* (fraturamento hidráulico, em português), a sociedade ocidental opta mais uma vez por priorizar a economia em detrimento do Bem Viver. Mesmo na Amazônia, o objetivo de aumentar a produção de gás natural sobrepõe-se à necessidade de garantir um ambiente equilibrado e à saúde das suas populações, inclusive as indígenas e os povos isolados.

**Patrícia Bonilha**, Assessoria de Comunicação

**B**aiana, criada em Minas Gerais, Bárbara Silva Figueirêdo, 41 anos, considera que sua alfabetização política teve início a partir de uma atuação social e em defesa do meio ambiente nas terras mineiras. Mas foi viajando de bicicleta durante 10 anos pela Pan Amazônia, do Brasil e de outros cinco países - Peru, Equador, Bolívia, Colômbia e Venezuela -, que ela entrou em contato com a desafiadora realidade de distintas comunidades e grupos sociais que vivem na maior floresta tropical do planeta. Assim, ela realizou, na prática, um efetivo estudo da história social da Amazônia, tema do mestrado na Universidade Federal do Pará que deixou para trás em 2005 ao optar por testemunhar na própria pele e com seus olhos os conflitos socioambientais amazônicos decorrentes principalmente da extração intensiva de recursos naturais. Atuando como ativista e comunicadora social, Bárbara verificou *in loco* os estragos irreversíveis da exploração de petróleo e gás e destaca o *fracking* como um dos processos mais violentos de destruição da Amazônia atualmente. Morando em Cruzeiro do Sul, no Acre, e integrando as equipes da organização 350.org e da Coesus - Coalizão Não Fracking Brasil, Bárbara nos conta, nesta entrevista ao *Porantim*, um pouco do que presenciou da exploração petrolífera na Amazônia nesses dez anos.

**Porantim** - O que mais te marcou inicialmente nesta experiência de viajar pela Pan Amazônia?

**Bárbara Figueirêdo** - Como brasileira que tinha uma visão focada mais na riqueza e diversidade socioambiental da Amazônia, foi uma trágica descoberta presenciar o impacto da exploração petrolífera que nela acontece. Lugares lindos, mas onde as pessoas estavam doentes; sem acesso à água potável, mesmo morando próximas a um rio, no meio da floresta; onde a mandioca não crescia, onde não nascia nada; comunidades que dependiam totalmente de marmita de petroleira para subsistir, como vi na comunidade que fica próxima ao Bloco 18, no Equador, em 2006. Além do petróleo, tem o gás que é desperdiçado pela falta de estrutura para transportá-lo, então, fica queimando na chaminé 24 horas. Também tem a liberação da denominada água de formação, que contém diversos metais pesados. Um caso bastante conhecido é o da petroleira Texaco, que explorou por quase 30 anos uma área de dois milhões de hectares da Amazônia equatoriana e deixou para trás uma indescritível destruição, além de mais de mil piscinas contaminadas com metais pesados. O *fracking* é tão violento que unifica até mesmo atores antagônicos na luta contra ele como, por exemplo, latifundiários e camponeses (para saber mais sobre o *fracking*, leia reportagem nas páginas 8 e 9).

**Porantim** - Quantos leilões de blocos para exploração de gás de xisto/*fracking* já foram realizados no Brasil?

**Bárbara Figueirêdo** - O processo para exploração de gás de xisto começou em 2007, com a 9ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Em novembro de 2013 foi realizada a 12ª Rodada de Leilões, que incluiu as bacias do Parecis (MT), Parnaíba (entre Maranhão e Piauí), Recôncavo (BA) e as do rios Paraná, São Francisco e Juruá, dentre outras. Em outubro de 2015, outra rodada foi realizada, mas devido à crise financeira internacional e à queda do preço do barril de petróleo, houve desinteresse das

petroleiras em comprar os blocos que estavam sendo ofertados e o leilão foi considerado um fracasso. Na ocasião, várias lideranças indígenas estiveram presentes, juntamente com militantes da Coesus - Coalizão Não Fracking Brasil e da organização 350.org, e deram um recado aos representantes do grande capital: "nós não queremos exploração de gás e petróleo perto de nossos territórios; e se vocês vierem, vão perder dinheiro porque não vamos permitir".

**Porantim** - Quais povos indígenas estão ameaçados pelo *fracking* na Amazônia, atualmente?

**Bárbara Figueirêdo** - No estado do Amazonas, um bloco próximo dos municípios de Autazes e Manacapuru ameaça indígenas de vários povos, entre eles, os Mura, que somam cerca de 15 mil pessoas. No Acre, o bloco AC-T-8 está localizado entre 10 e 30 metros, respectivamente, dos territórios dos Poyanawa e dos Nukini, e afeta diretamente, ainda, o povo Nawa. No Maranhão, foi leiloado um bloco próximo a comunidades quilombolas e de pescadores, que pode afetar, ainda, o povo Awá Guajá. No caso dos indígenas do Vale do Javari, onde vivem os Marubo, Kulina, Kanamari, Matis e Mayuruna, além dos cerca de 15 povos isolados, a ameaça real se dá pela proximidade com os blocos 135 e 137, pertencentes à *Rubiales Pacific*, às margens do Rio Jaquirana, no Peru, em uma área que fica de frente para as comunidades dos Mayuruna que nasceram no Brasil. Do outro lado da margem vivem os Matsés (mesma família Mayuruna). Eles convivem com a indústria petrolífera há mais de 40 anos e, por isso, começaram a pautar o tema nas assembleias realizadas no Javari pelos Mayuruna-Matsés de ambos países. Como resultado, a mobilização contra o petróleo no Vale do Javari teve início há cinco anos, e eles, inclusive, chegaram a ser recebidos pelo ministro de Minas e Energia Edison Lobão, antes do leilão de 2013, e, como resultado, conseguiram que um dos blocos fosse afastado 23 quilômetros da Terra Indígena Vale do Javari. No Acre, este debate ainda está morno, mas nos dois seminários promovidos pelo Cimi [Conselho Indigenista Missionário] ficou evidente o rechaço das bases a tais projetos que, no caso deste estado, estão vinculados a outros, como os de serviços ambientais, de exploração madeireira e do agronegócio, culminando na ferrovia Pucallpa-Cruzeiro do Sul.

**Porantim** - Legalmente e na prática, qual a situação das atividades de *fracking* no Brasil?

**Bárbara Figueirêdo** - Foram realizadas algumas experiências com *fracking* nos anos 1980, mas esta tecnologia não chegou a ser adotada no Brasil já que, naquela época, as reservas do mundo, em geral, eram suficientes para serem exploradas por meios convencionais. De 40 anos para cá, com a diminuição das reservas nos Estados Unidos, o *fracking* possibilitou que os norte-americanos aumentassem consideravelmente sua produção interna, explorando locais onde a tecnologia convencional não poderia ser usada. E, assim, o *fracking* se expandiu para outros países. No Brasil, ainda não existe regulamentação sobre ele e, atualmente, mais de cem entidades se mobilizam pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 6904/2013. De autoria do deputado federal Sarney Filho, este PL está em tramitação no Congresso Nacional e tem como

objetivo impedir a exploração de gás de xisto, através do *fracking*, em todo o território nacional.

**Porantim** - O *fracking* é uma ameaça real para os povos indígenas e as comunidades tradicionais?

**Bárbara Figueirêdo** - Entre os principais impactos do *fracking* está a contaminação do lençol freático, que inviabiliza a manutenção da cultura ancestral de povos indígenas e tradicionais, já que eles vivem da caça, da pesca e do extrativismo. A saúde dessas populações se deteriora em poucos anos porque, além da ingestão da água contaminada, se alimentam da fauna e dos peixes que bebem essa água. Também usam a água para cozinhar e tomar banho e, dessa forma, as mais de 600 substâncias químicas presentes no coquetel usado no *fracking*, entre elementos cancerígenos, radioativos e metais pesados, afetam o modo de vida desses povos de maneira irremediável. Existem registros de ocorrência de câncer, abortos e nascimentos de crianças com má formação, além de diversas consequências para o sistema

“Trata-se da própria expressão do etnocídio, já que estas populações ainda lutam para compensar as perdas das suas populações originais... Com o *fracking*, esta esperança ficará enterrada”

neuroológico, entre indígenas do Peru e do Equador principalmente onde a indústria petrolífera se instalou há mais tempo, na floresta amazônica. No Acre, existem registros de alterações genéticas entre os Huni Kui e os Ashaninka que habitam a região do Breu, mas as causas dessas alterações são até hoje desconhecidas. Trata-se da própria expressão do etnocídio, já que estas populações ainda lutam para compensar as perdas das suas populações originais a partir do contato com os seringueiros e madeireiros, no início do século. Com o *fracking*, esta esperança ficará enterrada.

**Porantim** - Os testes de prospecção continuam a ser feitos no Brasil?

**Bárbara Figueirêdo** - A Coesus e a 350.org, juntamente com vários segmentos da sociedade civil organizada, têm feito um trabalho intenso junto ao Legislativo e ao Ministério Público (MP) que tem resultado na impetração de várias Ações Cíveis Públicas

para impedir a utilização desta tecnologia em vários estados, como Paraná, Piauí, Sergipe, Alagoas, Acre e o oeste de São Paulo, que obtiveram parecer favorável na Justiça. E existem muitos questionamentos judiciais ainda em trâmite. Então, apesar do debate ainda não ter sido apropriado pela maioria da população brasileira, o uso desta tecnologia em nosso país está provocando a pressão dos MPs sobre a Justiça, já que o histórico do *fracking* é nefasto em todo o mundo.

**Porantim** - Quais são os países em que o *fracking* foi proibido e quais foram os motivos das proibições?

**Bárbara Figueirêdo** - Vários países já proibiram o *fracking* ou declararam sua moratória, como a França, Bulgária, Irlanda, Irlanda do Norte, República Tcheca, Romênia, Holanda e Costa Rica. Esta tecnologia está sendo ainda questionada em muitos outros países. As proibições se deram a partir dos impactos mais visíveis: a ocorrência de terremotos e o vazamento de gás metano, que indicaram a contaminação da água por este gás e pelos mais de 600 elementos químicos usados. A partir daí, os impactos na saúde e na economia começaram a ser sentidos.

**Porantim** - Quais são os países que mais utilizam o *fracking*? As populações desses países denunciam algum tipo de impacto sobre elas?

**Bárbara Figueirêdo** - Os Estados Unidos é o país onde o *fracking* é mais presente. Lá, existem mais de 500 mil poços ativos. É por isso que é lá onde ocorre, atualmente, o maior movimento contra a indústria do *fracking*. Produzido em 2010, o filme *Gasland*\* mostrou o susto dos moradores ao se depararem com suas torneiras liberando gás, que pegava fogo facilmente. Quando eles se deram conta, suas propriedades já não tinham nenhum valor. Este movimento vem, rapidamente, ganhando força em muitos países da Europa e da América Latina, como a Argentina, por exemplo, onde os produtores de maçã foram à falência depois que a União Europeia proibiu a importação de seus produtos, que chegavam na Europa e demoravam mais de dois meses para se decompor... quando foram investigar, descobriram que as maçãs estavam contaminadas com metais pesados e radioativos. Por isso, decidiram romper os laços comerciais com os produtores argentinos. Recentemente, o cinegrafista Pino Solanas produziu um filme chamado *La guerra del fracking*\*\*, que conta esta história. Depois da China e dos Estados Unidos, a Argentina possui as maiores reservas de gás não convencional.

**Porantim** - Por que o *fracking* é pior que outras formas de produção de energia?

**Bárbara Figueirêdo** - Porque ele agride da forma mais violenta e irreversível as formas biológicas de vida, a economia tradicional e a saúde de comunidades próximas e distantes, já que, com o lençol freático contaminado, as águas superficiais de uma área bastante ampla serão afetadas. Isso acontece, principalmente, na Amazônia, devido ao seu sistema pluvial. Como chove muito, as próprias águas se encarregam de espalhar a contaminação. Sobre a ocorrência de terremotos, vou dar um exemplo: em um período de 14 meses, pelo menos 109 terremotos foram registrados no estado de Ohio, nos Estados Unidos. Os fenômenos teriam começado 13 dias após o início das fraturas hidráulicas na região. Esta relação – *fracking* e ocorrência de terremotos – já foi amplamente comprovada pelas autoridades e pelo mundo acadêmico. Outra questão preocupante é a pouca durabilidade dos poços abertos: inúmeros relatórios revelam que em menos de um ano, os poços chegam a perder 80% de sua capacidade. Como consequência, outro poço é furado e nele outro “coquetel da morte” para nossos rios e populações tradicionais é injetado.

**Porantim** - Você testemunhou experiências de exploração de *fracking* em outros países na América Latina?

**Bárbara Figueirêdo** - No Peru, a utilização do *fracking* foi admitida pela Associação das Empresas Petrolíferas em 1954. Há mais de 20 anos, indígenas do povo Achuar denunciam ao mundo o padecimento por doenças desconhecidas e diversos tipos de câncer. Acidentes são frequentemente veiculados pela imprensa peruana. Em 2004, uma Norma do Ministério de Minas e Energia peruano regulamentou o uso do *fracking* na exploração de hidrocarbonetos. Na região norte da Amazônia equatoriana, depois que a Texaco abriu os dois primeiros poços, em 1967, teve início a expansão da atividade petrolífera no país, que além de provocar a extinção de povos indígenas inteiros, como os Sansahuari e os Tetete, afetaram outros povos, como os Cofán, Secoya, Siona e Quichua, e todo o sistema hídrico equatoriano dessa região, cujas águas desaguam em território peruano. A área compreende os rios Napo, Coca, Tiputini, Aguarico, Curacay, Yasuni e Cononaco, dentre outros. E aqui abro parênteses: em 2007, a Petrobras adquiriu o bloco 31, no interior do Parque Nacional Yasuni, que é considerada Reserva da Biosfera e território ancestral dos Huaorani, e dos povos isolados Tagaeri e Taromenane. Após intensa pressão dos movimentos sociais equatorianos, ela devolveu o referido bloco ao governo do Equador. Mas este duplo padrão da Petrobras, que se aproveita da debilidade jurídica de outros países para fazer o que não faz no Brasil, como atuar em Unidades de Conservação Ambiental, foi

denunciado mundialmente. A utilização do *fracking* nunca foi assumida oficialmente no Equador mas, após décadas de impactos, teses e estudos acadêmicos confirmam a destruição por meio da fratura hidráulica neste país. No Peru, a Petrobras atuou no interior do Parque Nacional Cerros de Amotape, localizado no norte da costa, e também no bloco 57, juntamente com a Repsol, localizado no interior da Reserva Comunal Machiguenga, que é zona de amortecimento do Parque Nacional Otishi. Segundo consta, utilizando a tecnologia do *fracking*.

**Porantim** - Os povos indígenas brasileiros estão informados sobre os potenciais perigos do *fracking*?



José Reginaldo Martins de Figueirêdo

**Bárbara Figueirêdo** - Assim como para o conjunto da sociedade brasileira, o *fracking* é uma ameaça nova para os povos indígenas do Brasil. Mesmo que não aconteça no interior de seus territórios, eles são suscetíveis já que a contaminação do aquífero afeta a macro região. Por exemplo, um acidente ocorrido no Equador em 2013, provocado pelo rompimento de um duto, afetou comunidades inteiras no Peru que, assustadas com a mancha negra que boiava nas águas do Rio Amazonas, acionaram as autoridades. Pouco depois, a Força Aérea do Peru começou a levar galões de água para estas comunidades, que ficaram vários dias sem poder chegar perto do rio. Porém, depois que a mancha passou, o perigo não acabou, já que os metais pesados e demais elementos químicos e radioativos, como chumbo, cádmio, cromo, arsênico e cianeto, estarão para sempre no meio natural. A ANP considera que o *fracking* pode aumentar a produção de gás natural, mas os riscos ainda não foram esclarecidos para a sociedade. O único argumento em sua defesa é o econômico, pois a tecnologia não se mostrou segura em nenhum local onde foi implantada. ♦

\* O filme *Gasland*, legendado em português, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k3eYX7LaLg>

\*\* O filme *La guerra del fracking*, de Pino Solanas, está disponível em: <https://vimeo.com/77315421>

A ativista e comunicadora social Bárbara Figueirêdo testemunha há mais de dez anos os impactos da exploração petrolífera em seis países da Pan Amazônia

“Vários países já proibiram o *fracking*... As proibições se deram a partir dos impactos mais visíveis: a ocorrência de terremotos e o vazamento de gás metano, que indicaram a contaminação da água por este gás e pelos mais de 600 elementos químicos usados”

# ABA questiona justificativas da CPI da Funai-Incra

Após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no dia 11 de novembro, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) emitiu uma nota à Câmara dos Deputados, questionando as justificativas da CPI orquestrada pela bancada ruralista. *Leia a nota abaixo, na íntegra.*

**A** Associação Brasileira de Antropologia vem publicamente manifestar sua perplexidade e indignação diante do avanço de medidas contrárias ao reconhecimento dos direitos de populações tradicionais, notadamente dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, inscritos desde a Constituição de 1988 e em legislação pertinente ao tema, no que vem sendo uma avalanche orquestrada de proposições legislativas, atos administrativos e omissões judiciárias.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada em 11 de novembro de 2015, às 14 horas, no plenário 11 da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes dos quilombos é mais um episódio desse conjunto de ações e omissões. Tal CPI tem como uma de suas metas alegadas “avaliar” o conhecimento produzido pela investigação antropológica, que demonstra pelos termos apresentados no requerimento de instalação dos proponentes, ser-lhes desconhecido e, assim, é tornado caricaturalmente grotesco.

Fruto de requerimento datado de 16 de abril de 2015, apresentado pelos Deputados Federais Alceu Moreira (PMDB-RS), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Nilson Leitão (PSDB-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Marcos Montes (PSD-MG), a CPI foi instalada, como se sabe, a contrapelo da legalidade, por não atender aos requisitos mínimos de um procedimento dessa natureza, como o mandato de segurança interposto junto ao STF pela Deputada Federal do PT do DF Érika Kokay, em 9 de novembro de 2015, bem o demonstra.

Na justificativa apresentada pelos requerentes para a criação da CPI, argumenta-se que medidas administrativas e as respectivas peças técnicas e científicas que embasam os laudos periciais estariam ferindo “todas as garantias fundamentais do devido processo legal, padecendo de unilateralidade e parcialidade; afrontando a ampla defesa, o contraditório, e a igualdade; colidindo com o direito a uma decisão substancialmente justa, com o direito à vida; violando a dignidade da pessoa humana, bem como o direito de propriedade, garantido no art. 5º, *caput*, e incisos LIV, LV, XXII, da CF/88; se prestando a todo o tipo de manipulação, pois se baseia em um mero laudo técnico, unilateral, ideologizado e arbitrário; e sem defesa possível, revogaria registros públicos seculares; e, por fim, atacaria criminosamente a vida e a dignidade de milhares de pessoas, em nome de teses internacionais”.

Cita ainda o requerimento de instalação da CPI que haveria um conluio entre os Departamentos de Antropologia das Universidades, os profissionais da antropologia, os órgãos do Executivo – notadamente a Funai e o Incra – as ONG’s e o Ministério Público Federal, resultando em delimitações abusivas e arbitrarias.

Tais afirmações demonstram a ignorância de diplomas legais que, dentro dos princípios republicanos buscam restaurar a igualdade material, a partir do reconhecimento da diversidade, implicando na efetivação de direitos originários e na reparação das populações indígenas e de origem africana pelo esbulho histórico da terra, por migrações forçadas e pela escravidão.

Fundada em 1955, e uma das primeiras associações científicas da área das humanidades a serem constituídas no Brasil, a ABA tem, de acordo com as teorias científicas, os métodos, e a ética de uma disciplina existente há dois séculos, com amplo reconhecimento no cenário científico nacional e internacional, buscado propugnar pelo avanço do conhecimento científico, pela formação de profissionais ao nível de mestrado e doutorado, abraçando a defesa de direitos das populações estudadas pelos antropólogos,



**A realidade de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais é ignorada por grande parte dos parlamentares brasileiros: interesses egoístas acima de necessidades coletivas**

“Urgimos essa Casa do Povo a se atualizar e conhecer o trabalho que vem sendo feito por profissionais da antropologia, abandonando a ignorância interessada e as teorias conspiratórias de uns poucos parlamentares, em favor da verdade, dos princípios fundamentais da República, da luta pela igualdade na diversidade, na busca por uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática”

com base na expertise que a pesquisa etnográfica e documental teoricamente embasada nos confere.

Não podemos nos calar diante de posicionamentos que demonstram intencionalmente ignorar, menos-cabar e distorcer a verdade científica de acordo com os códigos legítimos nas Ciências Sociais.

Ao contrário desse desfiar de despropósitos, é sabido que, nos processos de regularização fundiária de territórios indígenas e de quilombos, tanto em termos administrativos quanto em termos judiciais, são tantos as instâncias de análise e decisão e os espaços de defesa de interesses contraditórios ou de contestações – o que tem tornado o processo de regularização fundiária extremamente moroso –, que no trabalho antropológico aí desenvol-

vido não há margem para arbitrariedades, abusos, ideologias, violação de registros públicos e/ou de direitos.

Sabe-se também que a atuação de antropólogos em processos de identificação e delimitação de territórios requer não apenas maturidade acadêmica, exigindo-se, especialmente pós-graduação ao nível mínimo de mestrado em antropologia, o que pressupõe formação plena e utilização de conceitos, métodos e técnicas da disciplina reconhecida e consolidada, como também maturidade em lidar com complexas situações de conflito, sendo que muitas vezes a integridade física e moral dos grupos sociais pesquisados e dos próprios antropólogos têm sido ameaçadas por interesses e forças antagônicas.

Em reunião recente, a Associação propôs o documento intitulado “Protocolo de Brasília – Laudos Antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico”, que segue anexado a essa nota. Trata-se de uma condensação clara de princípios assentes no corpo teórico da disciplina, em seus métodos e princípios éticos. Urgimos essa Casa do Povo a se atualizar e conhecer o trabalho que vem sendo feito por profissionais da antropologia, sejam ou não servidores do Incra e da Funai, abandonando a ignorância interessada e as teorias conspiratórias de uns poucos parlamentares, em favor da verdade, dos princípios fundamentais da República, da luta pela igualdade na diversidade, na busca por uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática.

A ABA e outras associações científicas, temos certeza, estarão prontas a cooperar no sentido do esclarecimento desse plenário na direção da verdade e da Justiça.

Brasília, 17 de novembro de 2015

**Associação Brasileira de Antropologia,  
sua Comissão de Assuntos Indígenas e seu Comitê Quilombos**

**Marçal, presente!** – Em uma emboscada na porta de sua casa, no dia 25 de novembro de 1983, pistoleiros mataram, com cinco tiros, Marçal de Souza. O Pequeno Deus, como seu nome em Guarani Nãndeva, Tupãí, elucidava. Desde então, mais de duas centenas de indígenas morreram na tentativa de recuperar partes de seus territórios originários. Mesmo diante dessa assombrosa violência, inspirados por Marçal, povos de todo o Brasil seguem resolutos na luta por seus direitos a uma vida digna.



# “Não temos tempo de esperar 4 mil anos”

Assessoria de Comunicação  
 e Cimi Regional Maranhão

Com o tema “Revitalizando a cultura e tecendo nosso futuro”, o povo Gamela realizou, entre os dias 27 e 29 de novembro, a II Assembleia do povo, no seu território, que contou com a presença de indígenas Krenyê e Ka’apor, e foi acompanhada por representantes da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), de grupos de estudos da Universidade Federal do Maranhão (Nuruni e Nera, da UFMA), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão. Após a assembleia, o povo Gamela decidiu partir para a retomada de uma parte de seu território tradicional, que aconteceu na madrugada do dia 30.

Com a intenção de pressionar a Fundação Nacional do Índio (Funai) a abrir o processo de demarcação da terra tradicional e submetidos a uma situação de confinamento, degradação ambiental e invasões constantes, cerca de 100 indígenas das comunidades Gamela de Taquaritiua, Centro de Antero, Nova Vila e Tabocal, acompanhados por lideranças quilombolas e do povo Krenyê, retomaram uma fazenda que incide sobre o território tradicional e é denunciada pelos indígenas como fruto de grilagem.

A fazenda retomada fica dentro de uma área de 14 mil hectares reivindicada pelos Gamela, a qual lhes foi doada pelo Estado do Brasil ainda no período colonial, no ano de 1759. Desde então, o território foi sendo invadido e grilado, e o povo foi ficando confinado em um espaço cada vez menor.



Indígenas Gamela, com o apoio de lideranças Krenyê e quilombolas, retomaram fazenda grilada que incide sobre o território tradicional; área foi doada pelo Estado do Brasil, em 1759

Atualmente, mais de 700 famílias Gamela vivem numa área de apenas 530 hectares, sem espaço para praticar agricultura e, ainda, sofrendo com a grilagem e a destruição de árvores e plantas importantes para sua sobrevivência, como é o caso dos açaiçais, utilizados para alimentação, e dos guarimãs, cuja palha é utilizada para confecção de artesanatos.

Os Gamela denunciam que, na fazenda ocupada, áreas inteiras de açaiçais e guarimãs foram destruídas para a construção de açudes. Frente à deterioração de seu território e à situação de confinamento a que foram sendo submetidos ao longo dos anos, eles buscam a regularização de seu território tradicional junto à Funai.

Uma liderança ouvida pela reportagem, cuja nome não é revelado por questões de segurança, contou que os Gamela foram a Brasília reivindicar o início do processo

demarcatório para a Funai, mas foram informados de que não seria possível abrir um novo processo, pois já havia muitos outros em andamento. “Depois, nos disseram na Funai que o nosso processo seria o de número 401 ou 402, porque já tem outros 400 na frente. E disseram que cada processo leva em torno de dez anos pra ser concluído. Mas nós não temos tempo de esperar 4 mil anos”, afirmou a liderança.

Segundo o indígena ouvido pela reportagem, o dono da fazenda retomada já ameaçou os Gamela, que temem a ação de pistoleiros. “O invasor esteve duas vezes aqui. Ele ameaçou trazer a polícia ou, caso não consiga, nos expulsar ‘de outra forma’”. No entanto, os indígenas afirmaram que pretendem resistir para garantir, de uma vez por todas, a demarcação da “Terra dos Índios”, como eles chamam o território reivindicado. ♦

## JBS Friboi financia ruralistas que atacam direitos indígenas

Assessoria de Comunicação

Em protesto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 27 de outubro, cerca de 200 indígenas dos povos Kayapó e Xikrin, do Pará, e Pataxó, da Bahia, paralisaram na manhã do dia 9 de novembro, por cerca de três horas, a BR 040 em frente à unidade da JBS Friboi, no Distrito Federal, próximo a Valparaíso. A JBS Friboi investiu aproximadamente R\$ 62 milhões no financiamento da campanha de candidatos e elegeu 162 deputados federais na eleição de 2014. Estes, na sua grande maioria, são membros da bancada ruralista que promove a mais grave ofensiva sobre os direitos constitucionais dos povos indígenas no Congresso Nacional.

Em nota, os indígenas afirmam que a JBS Friboi tem responsabilidade em relação aos ataques aos direitos indígenas. “Dona dos maiores frigoríficos do Brasil, a JBS foi a maior financiadora e acabou elegendo a mais numerosa bancada da Câmara em 2014. A grande maioria dos deputados federais membros da Bancada Ruralista foi financiada pela JBS/Friboi. A Bancada Ruralista é a principal interessada e a mais empenhada em aprovar a Proposta de



“Não dá pra confiar na carne produzida, comercializada e exportada pela JBS/Friboi”, denunciam indígenas Kayapó, Xikrin e Pataxó

Emenda à Constituição (PEC) 215/00. Por meio dela, os inimigos dos povos indígenas querem impedir toda e qualquer demarcação de terra indígena, além de invadir e explorar as terras que foram demarcadas e estão sendo preservadas pelos povos. Caso aprovada, a PEC 215/00 poderá causar o genocídio de povos indígenas no Brasil”, declararam os representantes dos três povos.

Eles ainda criticaram o fato dos parlamentares financiados pela JBS/Friboi terem criado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra para

tentar acabar com o órgão indigenista (leia mais na página 12).

Por último, eles explicam que a mega empresa é a maior exportadora de carne do Mato Grosso do Sul. “A JBS tem unidades de abate de gado bovino na região do Cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul, exatamente a região onde vivem os Guarani e Kaiowá, expulsos de suas terras tradicionais que são usadas para a criação de gado. Por isso, não dá pra confiar na carne produzida, comercializada e exportada pela JBS/Friboi”, denunciam. ♦

## Pauta Indígena

3/11

• Movimento de Comunidades Populares divulga nota contra a PEC 215 e em apoio aos povos indígenas

4/11

• A Marcha das mulheres Guarani e Kaiowá pelo Bem Viver

• “A CPI do Genocídio deve ser uma resposta contra a impunidade que impera no Mato Grosso do Sul”, diz Pedro Kemp

• Declaração dos Bispos do Tocantins em favor dos povos, das culturas e das comunidades tradicionais, contra a PEC 215

5/11

• Omissão governamental prolonga agonia e ataques se intensificam na TI Morro dos Cavalos

• Organizações cristãs conclamam sociedade a apoiar os povos indígenas

• IV Jornada de Agroecologia, na Bahia, divulga Carta da Teia dos Povos

6/11

• Indígenas de todo Brasil dão lição de sabedoria e autonomia ao repudiarem PEC 215

• Cacica Eunice: “Disseram que a TI Morro dos Cavalos não era mais indígena porque a PEC tinha sido aprovada”

9/11

• Organismos do Estado, MPF e instituições deverão ser acionados para oitivas da CPI do Genocídio

10/11

• Pataxó, Xikrin e Kayapó: unidos na luta pelos direitos indígenas

11/11

• Quatro rodovias são bloqueadas no MS contra a PEC 215 e em defesa das demarcações de terras

12/11

• Kaingang, Guarani e Xokleng e quilombolas do RS e de ocupações urbanas repudiam violações aos direitos à moradia e ao território

• Povos indígenas realizaram protestos de repúdio à PEC 215 em dez estados, além do Distrito Federal

13/11

• SC: Indígenas ocupam ponte no Goio-Ên e deixam recado: “A luta não Acabou. A PEC 215 não passará”

19/11

• PEC 215 Não: Xingu entrou nessa guerra!

20/11

• Povo Kreepym-Katejê manifesta-se por melhores condições e contra a PEC 215

23/11

• MPF dá 45 dias para Funai iniciar os estudos da Terra Indígena Munduruku do Planalto Santareno

• Conferência dos Religiosos do Brasil se une em defesa dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul

25/11

• Indígenas anunciam ocupação da Assembleia Legislativa do MS e deputado ruralista ameaça com retirada à força

26/11

• Os efeitos da cana-de-açúcar na vida dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul

• Ocupação termina na Assembleia Legislativa do MS com indígenas reafirmando ações de retomadas

27/11

• Delcídio, genocídio e a boa hora para recordar podres

• Fogo avança sobre as terras indígenas Caru e Awá, no Maranhão

• Lama em Mariana, lama em Brasília

• Conselho Nacional de Direitos Humanos também é contrário à PEC 215

# Autonomia dos Wampis

Após a realização de mais de 50 encontros comunitários e 15 assembleias gerais, povo indígena peruano estabelece o primeiro Governo Indígena Autônomo no país; Estatuto da Nação Wampis enfatiza especialmente os direitos da mulher e a necessidade do consentimento, prévio, livre e informado do povo antes de qualquer atividade no seu território.

Fionuala Cregan, jornalista da revista Inter Continental Cry

Para a maioria dos peruanos era um domingo como qualquer outro, mas para a comunidade Wampis de Soledad, aquele foi um dia histórico. Naquele 29 de novembro, a nação Wampis declarava a formação do primeiro Governo Indígena Autônomo no Peru.

Abarcando um território de aproximadamente 1,3 milhão de hectares - uma área equivalente a mais da metade do estado de Sergipe -, o governo recém eleito reúne 100 comunidades Wampis, representando em torno de 10.600 pessoas, que continuam praticando seu modo de vida tradicional de subsistência através da caça, pesca e agricultura de pequena escala.

Apesar do governo recém formado não buscar a independência em relação ao Estado, seus esforços se destinam a proteger o território original Wampis e promover um modo de vida sustentável que priorize o bem-estar, a segurança alimentar e uma existência saudável e harmoniosa com o meio natural.

Isto não é uma tarefa fácil no mundo de hoje; no entanto, necessária, como explica Andres Noningo Sesen, Waimaku (ou Visionário Wampis) ao *New Internationalist*. Tendo em vista o avanço de mineradoras, petroleiras, assim como de madeireiros e plantações ilegais para a extração de óleo, os Wampis perceberam que seus meios de vida estavam cada vez mais ameaçados.

"Continuaremos sendo cidadãos peruanos, mas a partir de agora nós teremos nosso próprio governo, responsável pelo nosso próprio território. Isto nos ajudará a defender nossas florestas das ameaças de madeireiros, mineradoras, da exploração de gás, petróleo e de mega hidrelétricas. Já que ano após ano vemos estas ameaças se tornarem cada vez maiores. A nossa união nos dará a força política que necessitamos para explicar nossa visão ao mundo, aos Estados e às empresas que somente enxergam ouro e petróleo em nossos rios e florestas. Qualquer atividade em nosso território que venha a nos afetar, agora terá que ser decidida pelo nosso próprio governo, aquele que representa as nossas comunidades", declarou Sesen.

O novo Governo consiste em um presidente, vice-presidente e um parlamento de 80 membros com representantes eleitos por cada comunidade Wampis através de suas assembleias locais. Se necessário, este número pode chegar a 102 membros. As bases para o governo estão no Estatuto do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampis, resultado de um longo processo que durou



"O respeito à mulher e à união e tranquilidade familiar tem prioridade em relação a práticas culturais formadas em outras circunstâncias históricas e que hoje podem chegar a gerar conflitos sociais, especialmente a poligamia", estabelece o Estatuto

A visão do próprio povo sobre o futuro, o Bem Viver, a autonomia, a soberania alimentar e a promoção de alternativas econômicas, que respeitem uma relação saudável e harmoniosa com a natureza, são alguns dos princípios do Estatuto da Nação Wampis

formas de violência contra a mulher Wampis... O respeito à mulher e à união e tranquilidade familiar tem prioridade em relação a práticas culturais formadas em outras circunstâncias históricas e que hoje podem chegar a gerar conflitos sociais, especialmente a poligamia".

O Estatuto ainda enfatiza as obrigações do Estado peruano em respeitar os direitos e a autonomia das nações e pessoas indígenas. Além de outros princípios, o Estatuto requer que qualquer atividade que possa afetar o território Wampis conte com o consentimento, prévio, livre e informado de toda a nação Wampis. Especificamente, isto quer dizer que o governo peruano não pode autorizar nenhuma concessão que permita a companhias de exploração de minério ou petróleo entrar no território Wampis sem um processo prévio de consulta.

Atualmente, os Wampis estão em processo de resistência contra a concessão dada a Afrodita S.A. para a extração de ouro em uma área protegida por acordo binacional ao

vários anos, período em que a nação Wampis, em mais de 50 encontros comunitários e 15 assembleias gerais, construiu e debateu o Estatuto que expõe a sua visão sobre o futuro em todas as áreas da vida, incluindo religião, espiritualidade, educação, linguagem e o restabelecimento dos nomes originários de cada localidade.

O Estatuto enfatiza especialmente a questão dos direitos da mulher: "A nação Wampis trabalhará para alcançar uma verdadeira equidade de gêneros. O governo se dedicará em todos os níveis para promover uma campanha com vistas ao fim de todas as formas de violência contra a mulher Wampis... O respeito à

longo da fronteira com o Equador. Desde 2001, a Afrodita mantém presença nessa parte da Amazônia peruana. Em 2010, a empresa teve sua licença suspensa na região da Cordilheira do Condor por conta da resistência das comunidades indígenas que vivem às margens dos rios Cenpea e Maraño. Ambos os rios sofreram forte contaminação por conta das atividades de mineração naquela região.

Este, de acordo com o recém eleito Pamuk (presidente), Wrays Pérez Ramirez, será o primeiro grande desafio para o Governo Territorial Autônomo da Nação Wampis. Ele afirmou: "Nós sabemos que será difícil conseguir o apoio do governo nacional e o reconhecimento do nosso território. Poderá soar inaceitável ao governo ter que nos consultar sobre qualquer atividade que possa afetar nosso território. Nós sabemos que será uma tarefa árdua, mas estamos preparados. Nós não ficaremos em silêncio até conseguirmos respaldo legal, da legislação nacional e internacional, em relação ao nosso direito de autodeterminação e liberdade através de consulta prévia e informada. Certamente será difícil, mas não impossível".

"A eleição não ocorreu às escondidas", ele acrescenta. "Os governadores do Amazonas (Brasil) e da província de Loreto foram convidados para o evento, assim como os ministros de Minas, Energia e Desenvolvimento e da Cultura, todavia nenhum deles compareceu. Em nível local, trabalharemos em conjunto e temos o apoio, entre outros, dos prefeitos de Rio Santiago e Morona, que concordam com a nossa decisão".

A decisão histórica da nação Wampis será fonte de inspiração para nações indígenas de toda a América Latina, como modelo para um desenvolvimento sustentável e para a preservação das nossas últimas florestas. ♦

O Estatuto do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampis está disponível em: [https://ia601309.us.archive.org/11/items/EstatutoWampis/EstatutoNacionWampis\\_29Nov2015.pdf](https://ia601309.us.archive.org/11/items/EstatutoWampis/EstatutoNacionWampis_29Nov2015.pdf)

Este texto foi originalmente publicado em: <https://intercontinentalcry.org/wampis-nation-establishes-the-first-autonomous-indigenous-government-in-peru/>

Assine o

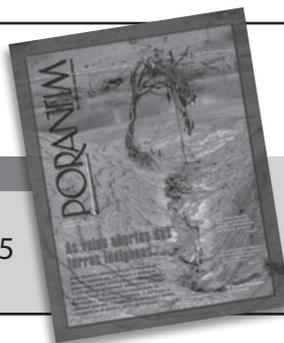
**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



[adm.porantim@cimi.org.br](mailto:adm.porantim@cimi.org.br)

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio\*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

# Xakriabá e Akroá na luta pelo território em Goiás

Benedito Prezia, Historiador

Pouco se conhece das lutas do povo Xakriabá quando ainda vivia no Tocantins, que antigamente pertencia à capitania de Goiás. Aparentado aos Akroá, e juntamente com eles, os Xakriabá eram considerados um dos povos guerreiros da região, impedindo a exploração de ouro nos garimpos<sup>1</sup>. Segundo um texto do século XVIII, no Maranhão os Akroá foram chamados de Gamela, denominação alterada mais tarde para Canela, o que mostra que essas duas nações fazem parte da família Timbira, como os Krahô e Apinajé.

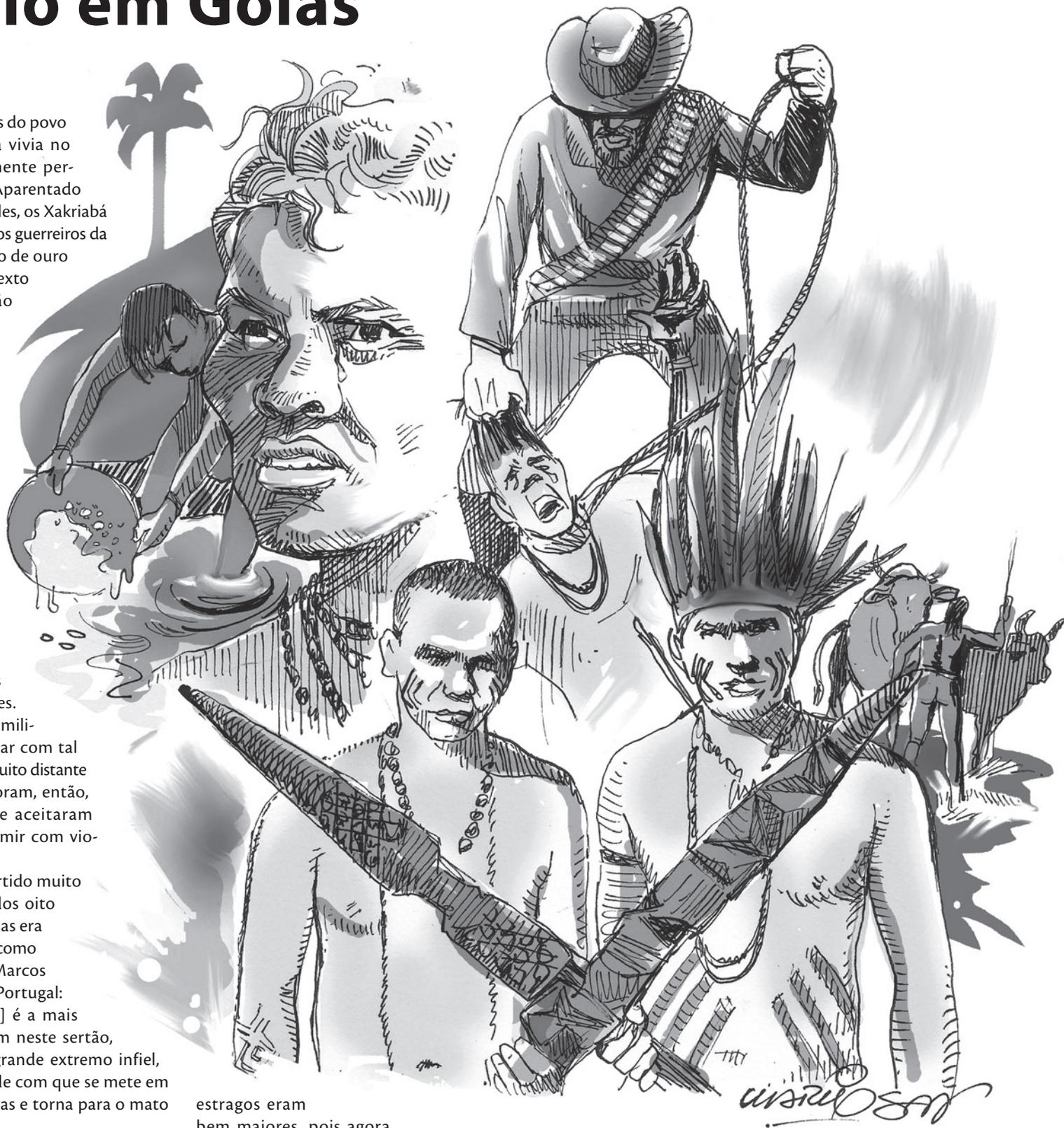
Em 1743 o governador de São Paulo foi comunicado de ataques ocorridos contra os povoados de Natividade, Carmo, Chapada, Taboca e Almas. Mais uma vez o paulista Antônio Pires de Campos foi chamado para atuar. Seu batalhão de indígenas Bororo já tinha conseguido conter as agressões de outros povos indígenas em distintas ocasiões. Daquela vez, no entanto, esses milicianos se recusaram a colaborar com tal empreitada, por ser em região muito distante e temerem não mais voltar. Foram, então, convocados aventureiros que aceitaram patrulhar os caminhos e reprimir com violência as investidas indígenas.

Tal medida não deve ter surtido muito efeito, pois em 1751, decorridos oito anos, a presença desses indígenas era sentida de forma contundente, como escreveu o governador Dom Marcos Noronha a Dom José I, rei de Portugal: "Esta nação [Akroá-Xakriabá] é a mais cruel de todas as que circulam neste sertão, sumamente numerosa e em grande extremo infiel, porque com a mesma facilidade com que se mete em paz, igualmente falta às palavras e torna para o mato a fazer suas hostilidades"<sup>2</sup>.

A correspondência evidencia, portanto, um contraditório conteúdo, pois os portugueses sempre fizeram o mesmo em relação aos tratados de paz com os quais se comprometiam.

Talvez devido à repressão violenta a que foram submetidos, no final daquele mesmo ano, os Xakriabá aceitaram ser aldeados no quartel-aldeamento de São José do Duro, à beira do Rio Formiga. Por sua vez os Akroá foram aldeados a cerca de 10 quilômetros de distância, em Francisco Xavier do Duro, hoje Dianópolis. A pedido do governador, os jesuítas assumiram os trabalhos de catequese, criando missões que duraram poucos anos, pois em 1759 eles foram expulsos do Brasil.

Um pouco antes da sua expulsão, em 1757, houve uma saída em massa dos indígenas dessas missões, retomando os ataques contra os povoados da região, como Natividade, Terras Novas e Remédios. Nessas ocasiões, os



estragos eram bem maiores, pois agora os indígenas possuíam armas de fogo.

As expedições repressivas, formadas por moradores da região, continuaram. Os indígenas que se renderam foram transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes, a cerca de 50 quilômetros da capital da província, Vila Boa de Goiás, onde passaram a conviver com os Kayapó, os Xavante e os Akroá.

Como os garimpos estavam entrando em decadência e acreditava-se que o futuro da região estava na criação de gado e na implantação de lavouras, o rei de Portugal mudou de tática. Nesse sentido, o Marquês de Pombal passou a exigir que o contato fosse amistoso e não violento, já que seria preciso utilizar a mão de obra indígena.

Iniciou-se, então, um novo período de convivência pacífica. Embora aldeados, os Xakriabá não se sentiam bem instalados junto com seus inimigos tradicionais, os Kayapó. Assim, em 1775, foram transferidos para o

aldeamento do Rio das Velhas, no Triângulo Mineiro, para combater os Kayapó arredios, que realizavam constantes assaltos no chamado Caminho do Anhanguera, que ligava Goiás à capitania de São Paulo.

Essa transferência foi o início da desestruturação desse povo, que mais tarde foi levado para o norte de Minas, para São João das Missões. Neste solo mineiro, os Xakriabá vivem até hoje e, lá, iniciaram uma nova etapa de suas vidas<sup>3</sup>. ♦

1 MELLO, João Manuel de. *Carta para a corte em 1750*, RIHGB, v. 84, p. 72. Ap. CHAIM, Marivone, *Aldeamentos Indígenas* (Goiás 1749-1811), Nobel, 1983, p. 59.

2 Carta para a Corte, *Manuscrito do Serviço de Documentação do Estado de Goiás-Goiânia (Sdego) - período colonial*, l. 1129, p. 136. Ap. CHAIM, id., ib.

3 Fonte: CHAIM, Marivone Matos, *Aldeamentos Indígenas* (Goiás 1749-1811), Nobel, 1983.

# Caminho que a gente é

Dom Pedro Casaldáliga



Arte: Cerezo Barredo

**R**etirante,  
só caminho  
é que há.

Terra de roça e morada  
não tem mais.  
Os sete palmos de outrora  
nem todos vão encontrar!

Retirante,  
caminheiro,  
só caminho  
é que há.

Caminho que a gente é,  
caminho que a gente faz:  
Para viver,  
para andar;  
para outros caminheiros  
se ajuntar.  
Caminho  
para os parados  
se animar.  
Para os perdidos,  
de novo achar.  
Para os mortos  
não faltar!

Caminho que a gente é,  
caminho que a gente faz.  
Se tem cerca,  
não tens braços  
e facão para cortar?  
Se a noite fechou-te o rumo,  
procura junto aos irmãos:  
coração em companhia,  
sempre encontra seu luar.

Deus é Deus  
em tudo e sempre.  
A História  
a gente faz  
lavrando no dia-a-dia  
nossa hora e seu lugar.

Recolhe o sangue dos mortos  
no sol de cada manhã.  
Colhe dos ventos o alerta.  
Dos moços, colhe o afã  
Dos índios, a Liberdade.  
E das crianças, a Paz.

Faz do canto do teu Povo  
o ritmo do teu andar.  
Sacode o largo letargo,  
deixa a saudade pra trás:  
quem caminha na Esperança  
faz no hoje o amanhã!

Deixa os garimpos de lado,  
se te queres bamburrar.  
A Terra, que é mãe de todos,  
amor de todos será!

Caminheiro,  
companheiro,  
só caminho  
é o que há:  
caminho que a gente é,  
caminho que a gente faz!  
Por ora,  
isso é o que há...  
mas, um dia, o mundo vira  
e tem o que haverá!